

Quem disse ?

«Ao contrário do que diz Cavaco, não é com políticas monetaristas e despedimentos maciços que se alcança uma situação económica saudável»

Manuel Alegre
Expresso, 2 de Junho



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

António Guterres
Jorge Coelho
Manuel Alegre
Mário Soares
Miranda Calha
Paulo Pisco
Vital Moreira

Opinião

Eslovénia

António Guterres em visita oficial

O primeiro-ministro, António Guterres, iniciou ontem uma visita oficial à Eslovénia sob a tónica do apoio de Portugal à adesão deste país à União Europeia (UE) e à NATO.

Vindo de uma deslocação oficial à Eslováquia, Guterres encontrou-se com o seu homólogo esloveno, o democrata-cristão Janez Drnovsek. No final da reunião, os dois primeiros-ministros deram uma conferência de Imprensa, ocasião que António Guterres aproveitou para sublinhar os progressos económicos e políticos registados ao longo dos últimos anos pela Eslovénia e que colocam este país no primeiro pelotão de países candidatos à adesão à União Europeia.

Na passada terça-feira, em Bratislava, o primeiro-ministro português manifestou a convicção de que, até ao final de 2002, países como a Eslovénia e a Eslováquia possam concluir as suas negociações com Bruxelas, de forma a já participarem nas eleições para o Parlamento Europeu, em 2003.

Nesse mesmo discurso na Universidade Técnica de Bratislava, Guterres fez questão de sublinhar que o alargamento da UE, na sua perspectiva, é tanto «um imperativo ético como estratégico», já que eliminará o legado deixado por Estaline e Hitler.

Na sua intervenção, o chefe do Governo procurou afastar qualquer dúvida de que Portugal possa alguma vez fazer depender o avanço do processo do alargamento da UE de garantias de que continuará a receber fundos estruturais europeus após o final do III Quadro Comunitário de Apoio, em 2006.

Guterres encontrou mesmo uma vantagem para Portugal resultante da adesão de um maior número de países de pequena e média dimensão, ao sustentar que o Governo «sempre fez saber que gostaria de associar os novos países candidatos à discussão sobre a reforma institucional».

DEBATE MENSAL NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

GUTERRES DESENCANTADO COM ALHEAMENTO DA OPOSIÇÃO



O futuro da União Europeia está na ordem do dia. Saber que Europa vamos ter, como geri-la, qual o peso das diversas instituições e a sua funcionalidade são aspectos que a todos dizem respeito. Os socialistas e o Governo estão preocupados e lançam o debate, mas a oposição mantém-se alheada.

Governo

Reforma do Estado Desconcentração territorial em marcha



O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 1, uma resolução que estabelece orientação sobre a desconcentração territorial da Administração do Estado. Este diploma fixa as orientações que devem ser seguidas pelos vários ministérios no que respeita à desconcentração territorial de serviços públicos.

Sociedade & País

Dia Mundial do Ambiente Sócrates lança portal na Internet



O ministro do Ambiente assinalou o Dia Mundial do Ambiente no Porto e em Lisboa. José Sócrates presidiu ao lançamento do novo Portal do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, no Pavilhão de Portugal, no Parques das Nações, onde decorre, até ao dia 10, a «Feira do Ambiente».



Debater a Europa

Em boa hora o PS lançou o debate sobre as questões europeias. Aliás, é hoje impensável discutir o futuro de Portugal sem se reflectir sobre a Europa. E os socialistas têm de estar na linha da frente dessa discussão formulando ideias e elaborando propostas.

Tendo essa percepção, os eurodeputados socialistas desde o início da legislatura que têm vindo a dinamizar debates em diferentes pontos do país designados de Clube/PS Europa e apresentaram ao XII Congresso do PS a moção «Um Impulso Político para a Europa» que foi aprovada por uma larga e expressiva maioria. Nesta linha, António Guterres veio dar novo relevo a esta complexa problemática através da discussão travada a semana passada na Assembleia da República e da criação de um Fórum de debate no interior do PS.

A Europa entrou num momento decisivo do seu processo de construção e tem que ser capaz de responder a duas magnas questões para poder avançar: por um lado, tem que decidir sobre o que fazer em conjunto, e, por outro, qual o papel que pretende desempenhar no mundo.

Mas, para encontrar estas respostas a União Europeia não pode fechar-se nos gabinetes de Bruxelas, Estrasburgo, ou noutra qualquer capital europeia, em conversas de circuito-interno, devendo antes abrir-se ao exterior e levar o debate a todos os fóruns e a todos os cidadãos da União para que o ideal europeu possa honrar os pais fundadores e olhar o futuro pensando mais nas pessoas do que nos egoísmos dos Estados. Esta discussão não pode ser limitada a uma parte da população, mas aberta e estimulada à participação de todos os que vivem na União e também nos países candidatos à adesão.

Os socialistas europeus já se posicionaram ao defenderem uma nova Convenção envolvendo os parlamentos nacionais, o Parlamento Europeu, os governos, a Comissão e os países candidatos enquanto observadores, que labore sobre os princípios e objectivos para o futuro da construção política da Europa, que tenha em vista a abertura de um processo constitucional que culmine na aprovação de uma Constituição.

É para esse debate que os socialistas agora se mobilizam dando rosto por um projecto generoso e solidário.



ASSINATURA DO ACORDO PS-PSD

A assinatura do acordo político, parlamentar e de governo celebrado entre o PS, liderado por Mário Soares, e o PSD, liderado por Mota Pinto, era, obviamente, a manchete da edição de 9 de Junho de 1983 do «Acção Socialista», que publicava na íntegra os princípios gerais do acordo, bem como o protocolo adicional.

«Salvar Portugal e resolver os problemas concretos do nosso povo», eram as tarefas do novo Governo sublinhadas pelo camarada Mário Soares na cerimónia de assinatura do acordo entre os dois partidos, realizada numa sala de um hotel de Lisboa, e na presença dos principais dirigentes das duas formações políticas. «Temos uma amplíssima maioria política e parlamentar, mas é necessário, também, que tenhamos uma ampla maioria de apoio social para podermos resolver, em democracia, os problemas gravíssimos que o País enfrenta», afirmava Mário Soares.

J. C. CASTELO BRANCO

9 de Junho

Quem disse?

«Os caminhos da Liberdade e da Democracia não são fáceis, mas são os únicos que podem conduzir o País para um futuro melhor, para uma sociedade mais justa e solidária»

Editorial do «Acção Socialista»



Saúde Guterres promete mais meios para combater sida

António Guterres está preocupado com a evolução do síndrome da imunodeficiência adquirida (sida) em Portugal e no mundo, tendo adiantado que o Governo português procurará intensificar os esforços no combate à doença. O primeiro-ministro manifestou a sua inquietação, no passado dia 5, em Bratislava (Eslováquia).

Portugal é o segundo país da Europa com maior incidência da sida, só ultrapassado pela Ucrânia. Um cenário com «valores preocupantes» e com tendência para o agravamento, na óptica do presidente da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida. Depois de ter estado reunido com o seu

homólogo eslovaco, Mikuláš Dzurinda, em Bratislava, António Guterres foi confrontado, em conferência de Imprensa, com os mais recentes números sobre a evolução da doença em Portugal: 7755 pessoas diagnosticadas até ao final de 2000.

Apesar do avanço da doença, o chefe do Governo português mostrou-se seguro que o seu Executivo «está a seguir a estratégia mais correcta» na luta contra o síndrome.

«As críticas que possam surgir são sempre bem vindas, mas, infelizmente, todos os esforços são sempre insuficientes», afirmou António Guterres. «Vamos intensificar os meios para o combate à sida», acrescentou ainda o primeiro-ministro.

Cultura Alegre nomeado para Prémio Príncipe das Astúrias das Letras

O camarada Manuel Alegre encontra-se entre os 33 candidatos ao Prémio Príncipe das Astúrias das Letras.

Entre os nomeados deste ano está a escritora britânica Joane K. Rowling, criadora da personagem Harry Potter; o poeta espanhol Antonio Gamoneda e a escritora norte-americana Sunsan Sontag.

O Prémio Príncipe das Astúrias das Letras é o quinto dos oito outorgados, depois do da Comunicação e Humanidade, da Investigação Científica e Técnica, das Ciências Sociais e das Artes, anunciado na semana passada para o compositor polaco Krystof Penderecki, para que a pianista portuguesa Maria João Pires era uma das nomeadas.

Os últimos prémios das Letras foram



entregues ao alemão Gunter Grass, ao espanhol Francisco Ayala, ao colombiano Alvaro Mutis, ao mexicano Carlos Fuentes e ao guatemalteco Augusto Monterroso.

Praias Portugal tem 142 bandeiras azuis

Portugal vai ter este ano 142 praias com bandeira azul, acrescentado mais três zonas balneares às que receberam o certificado de qualidade em 2000, anunciou, no dia 5, a Associação Bandeira Azul Europa.

Assim, a bandeira azul será hasteada em 11 praias da Região Norte, 12 praias da Região Centro, 24 da zona de Lisboa e Vale do Tejo, quatro praias do Alentejo, 42 do Algarve, 24 dos Açores e 15 da Madeira, naquele que constitui o maior número de distinções das praias

nacionais desde 1987, ano em que foi instituído o certificado de qualidade das zonas balneares. Vão ainda ter hasteada a bandeira azul sete marinhas portuguesas (mais duas do que no ano passado) – três no Algarve e duas em cada região autónoma.

Do total das 142 praias contempladas, nove (duas na Região Norte, duas em Lisboa e Vale do Tejo e cinco na Região Autónoma da Madeira) vão ostentar a distinção de qualidade pela primeira vez.

Grã-Bretanha Sondagens confirmam vantagens do Partido Trabalhista

O Partido Trabalhista mantém uma confortável vantagem sobre o Partido Conservador nas sondagens, segundo os últimos inquéritos de opinião.

Os inquéritos do «Times» e do «Daily Telegraph» dão respectivamente aos trabalhistas do primeiro-ministro Tony Blair 18 e 16 pontos percentuais de avanço sobre os conservadores de William Hague.

Segundo o estudo de opinião Mori para o «Times», realizado junto de 1.013 britânicos, o

Partido Trabalhista recolherá 48 por cento das intenções de voto e os conservadores 30 por cento.

Os dois institutos de sondagens dão aos liberais-democratas, terceira força política do país, 16 por cento das intenções de voto. Por outro lado, um inquérito da ICN dava uma vantagem de 19 pontos dos trabalhistas (com 47 por cento) sobre os conservadores (28 por cento), ou seja mais seis pontos percentuais que na passada semana.

GUTERRES DESENCANTADO COM ALHEAMENTO DA OPOSIÇÃO

O primeiro-ministro ficou visivelmente desencantado com o «alheamento da oposição» face à construção europeia e com as críticas armadilhadas à situação económica do País e ao modelo do debate.

António Guterres regressou, na passada quinta-feira, dia 31 de Maio, ao Parlamento, para o debate mensal entre as oposições e o Governo, depois de, no dia anterior, ter desmontado mais uma investida de desestabilização do panorama político nacional.

«Estou desiludido porque não vi nenhum partido expor o seu projecto europeu», queixou-se o primeiro-ministro, em declarações aos jornalistas no final do debate.

Guterres reconheceu-se «espantado com a enorme dificuldade» que disse ter sentido «para discutir a Europa» no Parlamento, acrescentando ser este «um tema central para os nossos interesses, para os nossos empregos, para a nossa vida».

O chefe do Executivo socialista levou ao hemiciclo a questão da Europa, propondo às forças da oposição um consenso em torno de sete ideias para a estratégia nacional na União Europeia, em vésperas de conhecer um alargamento, sobretudo a países de Leste e mais pobres do que Portugal.

Entre os pontos que Guterres considerou essenciais, alguns estão de acordo com a perspectiva de Europa do chefe do Governo francês, Lionel Jospin, como a ideia de que a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia deverá



passar a ter um efeito vinculativo em todos os Estados-membros.

Além da referência à existência de uma Constituição Europeia, o primeiro-ministro demarcou-se do seu homólogo germânico, Gerard Schroeder, de forma clara, ao apoiar o reforço das competências e dos poderes da Comissão Europeia, órgão que classificou «central» na adopção de verdadeiras políticas comunitárias.

Outro objectivo do Governo português, de acordo com Guterres, passa pelo reforço dos métodos de coordenação aberta, tendo em vista «a criação de um verdadeiro Governo económico» entre os actuais Quinze, uma ideia também defendida por Jospin.

«Em relação à União Europeia sabemos aquilo que queremos e sabemos bem aquilo que não queremos», frisou, antes de se pronunciar contra as propostas avançadas pelo chefe do governo alemão.

«Não queremos uma mistificação de federalismo europeu, seguindo uma lógica aparentemente federal, mas que, depois, esvazia as competências das principais instituições da União», disse o primeiro-ministro.

«Não queremos também uma renacionalização das políticas comunitárias, em particular as de coesão», advertiu ainda Guterres, em nova referência às propostas defendidas por Berlim, contrapondo um método de evolução gradual da União Europeia, a partir das actuais instituições (Conselho, Comissão e Parlamento Europeu).

Em conclusão, António Guterres disse não acreditar «no salto em frente (proposto nos moldes apresentados pelos alemães), mas sublinhou que Portugal tem de ir a jogo para marcar o debate desde o início».

Minas e armadilhas

Reagindo à crítica lançada por Durão Barroso – segundo a qual o Governo socialista não tem uma estratégia para a Europa –, António Guterres acusou o presidente laranja de «dizer mal, a propósito de tudo e de nada», defendendo que «o PSD não pode dizer que não houve um reforço claro da capacidade de intervenção portuguesa no processo europeu».

O primeiro-ministro recusou as críticas de que Portugal anda «escondido atrás da Espanha», dando como exemplo da estratégia negocial a Agenda 2000, «um sucesso que o Governo do PSD não teria alcançado, porque não teria o respeito que este Governo tem».

Guterres acusou ainda Barroso de «não ser capaz de dizer outra coisa que não seja o

que disse em todas as outras intervenções, antes da presidência, durante a presidência e depois da presidência», criticando o que considerou ser uma «estratégia de guerrilha». A nível interno e sobre a situação económica da nação, o primeiro-ministro adiantou que o Governo está a preparar um conjunto de medidas para apoiar o investimento e a poupança, mas garantiu que o sentido da reforma fiscal não será invertido.

Respondendo às iradas investidas e ao catastrofismo crónico do líder «popular», António Guterres reiterou perceber que «o CDS-PP tem uma dificuldade com as questões da Europa, preferindo, por isso, fugir para as táticas de guerrilha».

Reconstrução da ponte de Entre-os-Rios

O primeiro-ministro anunciou ainda ter dado autorização ao início dos trabalhos de reconstrução da Ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios, que desabou no mês Março, causando cerca de 60 mortos.

António Guterres garantiu ter autorizado o secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira da Silva, a proceder «imediatamente» à adjudicação por ajuste directo da obra a uma empresa, com quem o Instituto de Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICER) já acordou a totalidade das condições contratuais.

«Isto prova que muitas vezes a Administração Pública portuguesa é eficaz», comentou Guterres.

No final do debate mensal, o primeiro-ministro mostrou-se «desapontado» com a forma como decorreram os trabalhos, acusando os partidos da oposição de não terem exposto o respectivo projecto europeu.

«CHUMBO» ESPERADO

A moção de censura ao Governo apresentada pelo Bloco de Esquerda obteve a votação justa e esperada. A iniciativa bloquista foi «chumbada», no passado dia 30, na Assembleia da República.

A inconstância e inconsistência das oposições foi a marca do debate parlamentar. De uma posição inicial tendente ao voto contrário, o CDS-PP acabou por emparceirar com o PSD na abstenção, enquanto o PCP, que parecia virado para a abstenção, votou com o PEV e o BE a favor da moção.

O debate foi igualmente pautado por uma forte carga ideológica, com acusações

sobre o verdadeiro sentido de esquerda, trocadas entre PS e BE, o que espicçou a ironia do centro e da direita.

Por seu lado, António Guterres traçou a fronteira entre o socialismo democrático e as experiências revolucionárias «falhadas no mundo em nome de uma esquerda radical».

O primeiro-ministro considerou que o Bloco de Esquerda e o PSD apresentam a afinidade política de estarem a triunfar nos respectivos partidos as linhas internas mais radicais.

No seu discurso de encerramento do debate, Guterres comentou que entre os bloquistas e laranjas estão a prevalecer «as

chamadas linhas vermelhas» - uma referência ao sector mais radical dos anos 70 no MRPP.

Depois, o chefe do Executivo acusou o BE de não ter como objectivo criticar o Governo, mas, «pura e simplesmente, desgastá-lo e derrubá-lo».

«A lógica do discurso do Bloco de Esquerda é dizer que o socialismo democrático é inviável, mas quero deixar bem claro que, para mim, é a melhor solução», contrapôs o chefe do Governo, em mais uma tentativa de separação de águas entre o PS e os bloquistas.

Ainda acentuando este ponto, Guterres considerou que as melhores experiências

políticas no mundo foram as do socialismo democrático, dando como exemplo a Suécia de Olof Palme, e «não qualquer projecto revolucionário que tenha existido». Já no final do debate, o António Guterres foi questionado por Durão Barroso sobre a razão por que não apresenta uma moção de confiança ao seu Governo na Assembleia da República.

Guterres respondeu, convicta e categoricamente, que não a apresentará porque não quer derrubar o Governo, «nem contribuir para uma crise política e para eleições antecipadas».

«Quero que o Governo cumpra o seu mandato até ao fim», frisou.

MAIS EUROPA EXIGE MELHORES INSTITUIÇÕES*



O debate sobre o futuro da Europa está, de novo, em plena ordem do dia.

É um debate que Portugal não pode rejeitar.

É um debate em que temos de estar na primeira linha. E dentro de Portugal cabe a este Parlamento, no seu conjunto, estar precisamente na primeira linha da formulação dos objectivos nacionais.

É um debate que pressupõe uma visão do mundo e um sistema de valores.

Visão do mundo multipolar e equilibrado.

Visão do mundo que assenta num conjunto de organizações regionais fortes, com forte integração política, económica e social - como é o caso da União Europeia. E que assenta, também, numa forte cooperação inter-regional para regular a globalização, sistema de valores ao serviço do primeiro projecto de civilização.

Essa civilização implica a garantia da diversidade - nomeadamente da diversidade cultural da Europa - um projecto de cidadania e um projecto de solidariedade social e territorial.

Mas este é um debate sobre o futuro da Europa, que não pode ser, de novo, um debate sujeito a uma regra funcional.

Tivemos uma união aduaneira, um mercado único, uma moeda única. E foi sempre isso que, depois, teve consequências no plano político.

Este tem de ser um debate com o primado da política.

E tem de ser exactamente o debate político a conduzir a esta transformação da União Europeia.

Em primeiro lugar, penso que é necessário entender o que não queremos da futura transformação da União...

Não queremos, em primeiro lugar, a mistificação do federalismo europeu.

E a que chamo eu a mistificação do federalismo europeu?

Chamo «mistificação do federalismo europeu» à formulação de uma lógica, aparentemente federal, para o funcionamento da Europa, mas retirando competências aos órgãos e às Instituições da União, esvaziando a própria Europa. Ou seja, uma Europa mais federal com menos Europa.

É uma opção que rejeitamos liminarmente. A segunda coisa que não queremos é (sobretudo nessa lógica mas em todas elas) uma renacionalização das políticas comunitárias, em particular da política agrícola comum - embora entendamos necessária a sua reforma profunda.

E também não queremos uma renacionalização das políticas de coesão, porque a coesão económica e social, em todo o território da União (incluindo nos actuais 15) é uma componente essencial de solidariedade enquanto projecto europeu.

Dito isto, a questão central, antes de reflectir



sobre qualquer reforma institucional, é o que queremos nós que a Europa faça? Que competências e que responsabilidade queremos para o nível europeu?

Devo dizer-vos, com sinceridade, que a minha opção é, claramente, por mais Europa.

Mais Europa nas políticas económicas e sociais - e penso que a cimeira de Lisboa deu um salto qualitativo da maior importância nesse sentido e nessa direcção.

Mais Europa na política externa e de política comum de Segurança e Defesa - e há que reconhecer estarmos muito longe do mínimo indispensável à credibilidade do projecto político europeu.

Mais Europa no espaço de liberdade e segurança e justiça.

Mais Europa na resposta a um conjunto de novas solicitações dos cidadãos - desde o ambiente à segurança alimentar, passando por todos os aspectos relevantes na vida moderna.

Mais Europa.

Mais competências e responsabilidades a nível europeu, embora com um conceito de subsidiariedade que (na execução dessas competências e dessas responsabilidades) permita uma maior participação dos Estados nacionais e uma maior diversificação para respeitar as diversidades, nomeadamente culturais, presentes no espaço europeu.

Mais Europa.

E mais Europa exige, necessariamente, melhores instituições.

Tive ocasião, recentemente, na Universidade de Humboldt, de referir dois caminhos possíveis: aquilo a que chamei o grande salto em frente e aquilo a que chamei o aprofundamento gradual das instituições.

É necessário dizer que a Europa tem, hoje,

uma lógica em que se entrelaçam uma componente federal e uma componente confederal.

Aquilo a que chamei o grande salto em frente seria uma aposta deliberada na componente federal, como método de desenvolvimento das instituições europeias. Gostaria de vos dizer, com clareza, que não acredito na viabilidade deste grande salto em frente. Mas acho que Portugal «deve ir a jogo», na discussão sobre o seu possível significado, até muito para marcar claramente, e desde já, algumas questões essenciais no debate.

A primeira é que uma estrutura federal na Europa implica igualdade entre os cidadãos e igualdade entre os Estados. E seria para nós inconcebível um Parlamento Europeu com fortes poderes que não tivesse duas Câmaras - uma Câmara dos Cidadãos e uma Câmara dos Estados, com igual número de representantes em cada um dos parlamentos nacionais da União.

Em segundo lugar: é totalmente mistificador falar de projecto federal sem fortes competências federais e sem forte orçamento federal.

E não se trata aqui de pedir dinheiro a ninguém.

Trata-se de garantir que os órgãos federais de uma União tenham os meios indispensáveis para realizar; ou seja, aquilo que, em qualquer estrutura federal, tem de ser realizado por esses mesmos órgãos.

Por isso, com toda a sinceridade, não creio que a Europa esteja em condições de ir por aí. Não creio que aqueles que falam de federalismo queiram este verdadeiro federalismo. Com grande probabilidade querem um federalismo mistificado.

Por isso me parece importante ter uma estratégia de aprofundamento gradual da União Europeia e das suas instituições, que aprofunde, simultaneamente, a lógica federal e a lógica confederal. Uma estratégia que, progressivamente traga para o nível da União o maior número possível de competências e de responsabilidades.

São sete os pontos que considero essenciais nessa evolução de aprofundamento do modelo Europeu.

Em primeiro lugar, tornar vinculativa a Carta dos Direitos Fundamentais, dando-lhe, assim, um conteúdo jurídico essencial para a garantia desses mesmos direitos na União.

Em segundo lugar, reforço da comissão europeia como órgão central, como órgão profundamente típico da construção europeia, como órgão absolutamente indispensável para que o conteúdo europeu das políticas se possa verdadeiramente acentuar. O reforço do papel da Comissão é, do nosso ponto de vista, essencial em qualquer transformação.

Em terceiro lugar, progressiva integração num único pilar, comunitarizando, os três actuais pilares, incluindo progressivamente a política externa e de segurança comum que se relaciona com o espaço de liberdade, segurança e justiça.

Em quarto lugar, desenvolver as perspectivas criadas pelo método aberto de coordenação, introduzido na Cimeira de Lisboa, incluí-lo no tratado e dar-lhe um maior peso de intervenção - quer à Comissão, quer ao Parlamento Europeu. Isto para o tornar mais conforme com os métodos comunitários de actuação.

Penso que esta é uma forma, porventura, não de criar um Governo económico da Europa. Mas é uma forma de dar à Europa uma efectiva capacidade de definir políticas económicas e sociais, com êxito ao nível da União e dos Estados-membros, coordenando esforços e alargando esta metodologia a outras áreas.

Quinta questão, que me parece essencial, é dar um novo papel, mais forte, de liderança, ao próprio Conselho Europeu. Aquilo que decidimos em Lisboa, sobre os Conselhos Europeus de Primavera, parece ir no bom sentido.

Não creio que seja necessário fixar regras excessivamente rígidas de funcionamento. Mas é indispensável que o Conselho Europeu assuma uma forte liderança, na iniciativa política, no sentido de dar força ao projecto europeu.

Sexto ponto, fazer acompanhar o reforço de poderes, do Parlamento Europeu, por uma mais forte intervenção dos parlamentos nacionais.

E, nesse sentido, dou o meu acordo à ideia de um congresso em que se juntem as diversas instituições e em que seja possível um acompanhamento permanente, com a presença dos parlamentos nacionais, naquilo que são os principais desenvolvimentos à escala comunitária.

Sétimo ponto, aproveitar ao máximo as possibilidades de flexibilidade, decorrentes das cooperações reforçadas, para evitar que o alargamento mate o aprofundamento da União Europeia. Isto com a condição de ter sempre Portugal no processo dessa união.

Finalmente, queria dizer-vos que a questão central é de credibilidade política.

E credibilidade política independentemente das modificações institucionais.

Os governos e os povos da Europa querem trabalhar, em comum, na construção do mundo moderno. Não me resigno a ver a tragédia do Médio Oriente perante a impotência política da Europa, apesar do esforço financeiro que a Europa paga. Não me resigno que possa ser destruído o equilíbrio da segurança nuclear no mundo, sem que, nessa matéria crucial, a Europa possa falar a uma só voz.

*Intervenção do primeiro-ministro no debate sobre o futuro da Europa realizado no dia 31 de Maio, na Assembleia da República

PE APROVA RELATÓRIO DE SEGURO

O eurodeputado socialista António José Seguro viu o seu relatório sobre o Tratado de Nice e o futuro da União Europeia ser aprovado pelo Parlamento Europeu, no passado dia 31 de Maio, com 338 votos a favor, 98 votos contra e 59 abstenções.

Sessenta e oito por cento dos europarlamentares deram o sim à proposta de resolução apresentada, exprimindo assim o apoio inequívoco àquela que é agora a posição do Parlamento Europeu sobre o novo Tratado e ao futuro da Europa.

A exigência da convocação de uma Convenção para o início de 2002, constituída por membros dos parlamentos nacionais, do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, dos governos nacionais e dos países candidatos ao alargamento, e a atribuição, a essa Convenção, do mandato de apresentar à próxima Conferência Intergovernamental uma proposta constitucional que sirva de base à revisão dos Tratados, constituem as principais soluções defendidas na resolução adoptada pelo PE. A seu propósito, António José Seguro afirmou, durante a apresentação do seu relatório na sessão plenária de Bruxelas de 30 de Maio, que «para se evitarem os erros cometidos em Nice será necessário um novo método de revisão dos Tratados, assente numa Convenção na qual o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais deverão participar em pé de igualdade com os governos dos Estados-membros».

A realização de um amplo debate sobre o futuro da Europa nos países da União. «que não se limite a um "site" na Internet nem aos



quatro temas da Declaração 23, mas que tenha um rosto humano, com comités nacionais responsáveis pela sua organização», e cujas conclusões possam ser registadas em actas para que sirvam de base aos trabalhos da futura Convenção, é outra das ideias que mereceram o acolhimento do Parlamento Europeu.

A resolução aprovada pelo PE insiste igualmente para que a Carta dos Direitos Fundamentais venha a ser incluída nos Tratados, por forma a que lhe seja atribuída a dignidade e a força jurídica que merece, e

para que a próxima CIG se reúna já em 2003, e não em 2004, tal como proposto pelos governos dos Quinze na Declaração 23, anexa ao Tratado de Nice. Segundo António José Seguro, não será correcto agendar-se a revisão dos Tratados para 2004, devido ao facto de o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia «estarem nessa altura no final dos seus mandatos e não poderem assim participar em tal processo nas melhores condições».

Caberá agora aos parlamentos nacionais - aos quais compete proceder à ratificação do Tratado de Nice -, ao Conselho da União Europeia e à Comissão Europeia interpretar a posição do PE e terem em devida conta as suas expectativas. É isto porque, segundo António José Seguro, «o Parlamento Europeu terá em consideração as conclusões dos Conselhos Europeus de Gotemburgo e de Laeken quando se pronunciar sobre a convocação da próxima CIG».

Sobre o Tratado de Nice propriamente dito, a resolução tece uma série de considerações negativas àquela que é considerado como «a segunda parte de Amesterdão» e «uma oportunidade perdida para a Europa».

António José Seguro teve oportunidade de exprimir em plenário o seu «desencanto com os resultados de Nice, quer quanto às opções tomadas, quer quanto à timidez revelada», motivado pelos factos de «em Nice não ter havido um significativo alargamento da votação por maioria qualificada nem da co-decisão do Parlamento Europeu, e de essa Cimeira ter saído a imagem de cada um a tratar de si quando o projecto europeu exige

que sejamos todos a tratar de todos». Em suma, foi a mais tímida de todas as reformas dos Tratados. «O próprio Conselho Europeu disso teve consciência. Daí a Declaração 23, a qual reconhece que o resultado era escasso e que o método de preparação da CIG está esgotado», considerou o eurodeputado.

De qualquer modo, na opinião de António José Seguro, «o Tratado de Nice tem o mérito de permitir a prossecução do alargamento. Esse facto e o reconhecimento que o próprio Tratado faz da necessidade de um debate público e de um novo método para a revisão dos Tratados, são aspectos positivos».

Foram essencialmente estas as razões pelas quais o Parlamento Europeu, seguindo as propostas de António José Seguro e do seu colega relator do PPE, Iñigo Mendéz de Vigo, não disse sim ao Tratado de Nice mas também não pôs em causa a prossecução do processo de alargamento. Segundo o eurodeputado português, «o PE não deve ser parte de um problema, mas antes da sua solução». Nessa medida, e apesar de ser extremamente crítico em relação a Nice, «o PE deverá contribuir para que o alargamento possa prosseguir e para que a Europa do futuro seja uma Europa mais perto dos cidadãos, mais preocupada com o seu bem-estar e não tanto com os egoísmos dos Estados».

Essencial é, para António José Seguro, que a União Europeia não seja um instrumento tecnocrático, distante dos europeus e sem alma, mas antes um projecto com mais ambição política e social e aberto à participação de todos os seus cidadãos.

Principais pontos contidos na resolução aprovada pelo Parlamento Europeu.

Resolução do Parlamento Europeu sobre o Tratado de Nice e o futuro da União Europeia

O Parlamento Europeu,

1. Consta que o Tratado de Nice faz desaparecer o último obstáculo formal ao alargamento e reafirma a importância estratégica do alargamento da União Europeia rumo à unificação da Europa como factor de paz e de progresso; está consciente das melhorias que o Tratado de Nice introduz em alguns pontos, mas considera que uma União com 27 ou mais Estados-membros necessita de reformas mais profundas, de forma a garantir a democracia, a eficácia, a transparência, a clareza e a governabilidade;
2. Lamenta profundamente que o Tratado de Nice tenha dado uma resposta tímida e em alguns casos insuficiente às questões constantes da agenda, já de si reduzida, da Conferência Intergovernamental.
4. Refere, de entre os aspectos mais negativos da Conferência Intergovernamental, os que tomam mais confuso e opaco o processo de decisão no interior da União, os que não respeitam o princípio da extensão da co-

decisão a todas as matérias em que a legislação é adoptada por maioria qualificada, bem como a não integração da Carta dos Direitos Fundamentais nos Tratados;

6. Exige a convocação de uma nova CIG assente num processo radicalmente diferente, transparente e aberto à participação do Parlamento Europeu, dos Parlamentos nacionais e da Comissão, envolvendo os cidadãos dos Estados-membros e dos Estados candidatos.

7. Reconhece que o Tratado de Nice encerra um ciclo que se iniciou em Maastricht e prosseguiu em Amesterdão, e exige o lançamento de um processo constitucional coroado pela adopção de uma Constituição da União Europeia;

Direitos fundamentais

9. Reitera a sua exigência de que a Carta seja incorporada nos Tratados com carácter juridicamente vinculativo, com o objectivo de garantir plenamente os direitos reconhecidos a todos os indivíduos, e insta as instituições da União a porem desde já em prática na sua acção os direitos e liberdades reconhecidos na Carta;

Reforma institucional

11. Consta que o novo sistema de votação por maioria qualificada no Conselho é o resultado de um acordo de distribuição do

poder entre os Quinze, que abre formalmente a porta ao alargamento, mas que, no que se refere à eficácia e à transparência do processo de decisão, não traz qualquer melhoria ao sistema actual.

Processo de decisão

30. Deplora que a Conferência Intergovernamental não tenha estendido o processo de co-decisão às bases jurídicas que já previam (antes de Nice e depois de Nice) que a legislação fosse adoptada por maioria qualificada;

Declaração sobre o futuro da Europa

36. Acolhe favoravelmente a Declaração 23, relativa ao futuro da Europa, pela inovação que introduz quanto ao processo da reforma dos Tratados;

37. Considera que o debate deve realizar-se tanto a nível europeu como a nível nacional; considera que o desenvolvimento do debate e o balanço dos seus resultados, nomeadamente a nível nacional, são da responsabilidade dos governos e dos parlamentos nacionais.

38. É de opinião que esse debate deverá ser aberto à sociedade e ser acompanhado de uma campanha de esclarecimento adequada.

39. Considera que o resultado final da próxima Conferência Intergovernamental depende fundamentalmente da sua preparação; recomenda, por este motivo, a criação de uma Convenção - semelhante, em termos de modelo e de configuração do mandato, à Convenção que elaborou a Carta dos Direitos Fundamentais.

41. Toma nota de que os quatro temas explicitados na Declaração 23 não são exclusivos e afirma que um debate sobre o futuro da Europa não pode ser limitado, pelo que apresentará propostas concretas com vista ao Conselho Europeu de Laeken.

42. Manifesta-se favorável à convocação da CIG para o segundo semestre de 2003, de modo a que o novo Tratado possa ser aprovado em Dezembro do mesmo ano, contribuindo para que, em 2004, as eleições europeias possam constituir um impulso democrático ao processo de integração europeia.

43. Considera que o funcionamento futuro da União dependerá dos resultados da próxima reforma.

44. Solicita aos parlamentos nacionais que, quando se pronunciarem sobre o Tratado de Nice, manifestem o seu firme empenho a favor da convocação de uma Convenção;

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário de Estado saúda «atitude positiva» das televisões

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, manifestou-se satisfeito com a possibilidade de um acordo entre os operadores televisivos para o estabelecimento de regras de autocontenção.

«É positivo o facto dos diferentes canais de televisão estarem, neste momento, com uma atitude positiva quanto à possibilidade de criarem regras a si próprio impostas de autocontenção, de autolimitar em relação a alguns abusos e excessos que foram cometidos no passado recente», disse o governante, no passado dia 1, em Évora.

Essa «atitude positiva» foi referida na Imprensa («O Independente» e «Diário de Notícias»), que explica que os responsáveis dos canais generalistas estão dispostos a discutir o assunto já esta semana.

Arons de Carvalho falava num colóquio sobre «Agências Noticiosas e os Mercados de Informação», organizado pela Escola Profissional da Região do Alentejo (EPRAL), em colaboração com a Lusa e a delegação regional de Évora do Instituto Português da Juventude (IPJ).

O governante disse ainda que a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) tem feito, nos últimos tempos, «um grande esforço para impedir o atropelo das regras», mas acrescentou que o organismo «pode e deve fazer um apelo para a autocontenção e para a autoregulação dos órgãos de Comunicação Social».

Questionado sobre o anúncio de novos *reality shows*, Arons de Carvalho disse que, se «houver regras que auto-limitem alguns excessos cometidos», os operadores televisivos darão «um passo importante».

ECONOMIA

Energia: contactos entre Lisboa e Madrid geram optimismo

O Governo está optimista em relação ao resultado final e ao exercício pleno dos direitos de voto da EDP na Hidrocantábrico, afirmou, ontem, o secretário de Estado adjunto do ministro da Economia em entrevista à Agência Lusa.

Vitor Santos revelou que os governos de Lisboa e Madrid têm estado em contacto, mas desvalorizou a decisão do executivo de José María Aznar de inibir os direitos accionistas da empresa portuguesa.

«Foi aberto um procedimento normal, previsto na legislação de Espanha», disse.

Em relação à situação da EDP no Brasil, Vitor Santos considerou que a empresa está «em posição confortável».

Destacou, a propósito, que o mercado brasileiro «é um grande desafio», decorrente de «um compromisso entre uma dinâmica de crescimento e as situações típicas de uma economia que se está a desenvolver».

Vitor Santos entende que «a aposta de ir para o Brasil está ganha», mas que existe «uma situação de risco calculado e de grande dinamismo de crescimento de mercado que foi ponderado pelas empresas quando decidiram ir para o Brasil».

Acresce, disse, que investimentos como os da EDP, da PT e das empresas de distribuição funcionaram como investimentos-âncora que acabaram por atrair outras empresas portuguesas para o Brasil.

EDUCAÇÃO

Optimização do parque escolar até 2006

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, recusou, no dia 3, em Santa Maria da Feira, uma leitura «catastrofista» sobre o estado do ensino em Portugal.

O governante anunciou uma maior oferta de cursos tecnológicos e prometeu ainda a optimização do parque escolar até 2006.

À excepção da Grande Lisboa, «onde há problemas complexos ainda a considerar», a rede nacional de escolas do ensino secundário estará totalmente equipada com pavilhões gimnodesportivos até 2006», revelou o ministro da Educação.

«Nesse ano estarão resolvidos também os problemas de falta de escolas no Grande Porto e em zonas de grande crescimento demográfico como Braga», acrescentou Augusto Santos Silva, prevendo ainda que nenhuma aula será ministrada em pavilhões pré-fabricados já em 2004.

O ministro da Educação falava à margem do IV Congresso Nacional da Confederação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Secundário (Confinaes), a cuja cerimónia de encerramento presidiu.

Admitindo que o sistema de ensino português «enfrenta ainda muitos problemas», Santos Silva notou, contudo, que «há avanços claros a registar».

Referiu, a título de exemplo, que Portugal tem hoje seis vezes mais estudantes no ensino superior do que em 1974 e em apenas cinco anos levou a escolaridade obrigatória dos 12 para os 15 anos de idade.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 1 de Junho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que estabelece orientação sobre a desconcentração territorial da Administração do Estado;
- Um decreto-lei, aprovado na generalidade, que define o enquadramento da coordenação da administração desconcentrada do Estado;
- Um diploma, aprovado na generalidade, que altera o decreto-lei que estabelece o estatuto e a competência dos governadores civis e aprova o regime dos órgãos e serviço que deles dependem;
- Uma proposta de lei, aprovada na generalidade, que autoriza o Governo a legislar em matéria de institutos públicos;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o regime jurídico aplicável ao reconhecimento e protecção das regiões demarcadas vitivinícolas e respectivas entidades certificadoras, bem como a fixar normas processuais relativas a litígios de mera ordenação social no âmbito do sector vitivinícola;
- Uma proposta de lei que altera a lei sobre a protecção da maternidade e da paternidade;
- Uma proposta de lei que altera o regime geral das contra-ordenações em matéria de prescrição;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de afluentes dos municípios de Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Idanha-a-Nova, Oleiro, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Prouença-a-Nova, Sertã Tomar e Vila Velha de Rodão;
- Um diploma que altera o anexo ao decreto-lei que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis, Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades;
- Um decreto-lei que altera o artigo 16º do Regulamento de Identificação, Registo e Circulação de Animais;
- Um decreto-lei que aprova novos limites máximos de resíduos de produtos fitofarmacêuticos permitidos no interior e à superfície de cereais, frutos e hortícolas;
- Um decreto-lei que estabelece um conjunto de regras reguladoras do exercício da actividade das agências funerárias;
- Um diploma que aprova o novo Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal e altera o decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Ministério das Finanças;
- Uma proposta de resolução que aprova, para adesão, a Acta de Protocolarização dos Estatutos do Escritório de Educação Ibero-Americano, assinada durante o Terceiro Congresso Ibero-Americano de Educação, realizado em Ciudad de Trujillo, República Dominicana, em 31 de Outubro de 1957, os Estatutos da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, assinados na Cidade do Panamá, em 2 de Dezembro de 1985, e o respectivo Regulamento Orgânico, assinado na Cidade do Panamá, em 3 de Dezembro de 1985;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva comunitária relativa à fiscalização complementar das empresas de seguros que fazem parte de um grupo segurador, e altera o decreto-lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a legislação europeia que aprova o Regulamento sobre a Protecção dos Ocupantes dos Automóveis em Caso de Colisão Frontal;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária que aprova o Regulamento de Homologação dos Cintos de Segurança e dos Sistemas de Retenção dos Automóveis;
- Uma resolução que aprova a aquisição de imóveis para o Instituto Politécnico do Porto para expansão das instalações da Escola Superior da Música e das Artes do Espectáculo (ESMAE);
- Uma resolução que aprova uma alteração, na área do município de Vizela, à delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Guimarães;
- Uma resolução que nomeia Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa para presidente do novo Conselho de Administração do Instituto Português da Qualidade (IPQ) e para vogais do mesmo órgão Carlos Alberto Nieto de Castro e Pedro Jesus da Silva de Pina Marique.



DESCONCENTRAÇÃO TERRITORIAL EM MARCHA

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 1, uma resolução que estabelece orientação sobre a desconcentração territorial da Administração do Estado.

Este diploma fixa as orientações que devem ser seguidas pelos vários ministérios no que respeita à desconcentração territorial de serviços públicos.

Coexistem, actualmente, no território nacional, matrizes muito diversificadas de organização territorial de serviços e departamentos da Administração do Estado, desde as áreas geográficas abrangidas pelas Comissões de Coordenação Regional, aos distritos, aos agrupamentos de distritos e, ainda, outras divisões territoriais como o agrupamento de municípios.

A inexistência de critérios e metodologias comuns para a desconcentração, as soluções até agora adoptadas pelos vários ministérios – mais de 30 modelos diferentes – dificultam seriamente as relações com os cidadãos e demais destinatários da actividade administrativa e impedindo o estabelecimento de relações de articulação e cooperação entre serviços públicos e com as autarquias locais.

Segundo o Governo, a fixação de uma base territorial comum para a desconcentração constitui um dos requisitos fundamentais para a modernização e eficácia da Administração do Estado, no sentido de otimizar as condições para uma efectiva articulação interdepartamental.

«A desejável uniformização de matrizes territoriais deverá, no entanto, ser flexível, permitindo soluções diversificadas a adoptar pelos vários ministérios e departamentos, de acordo com a natureza das funções a desconcentrar territorialmente», lê-se no comunicado da reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira.

Assim, as orientações aprovadas pelo Executivo são as seguintes:

- Os distritos e as NUTS II (áreas correspondentes às Comissões de Coordenação Regional) passam a constituir as áreas geográficas de referência para a desconcentração dos serviços e organismos da Administração Pública;
- Os diversos ministérios podem adoptar níveis subsequentes de desconcentração territorial para os respectivos serviços desde que sejam respeitadas as condições enunciadas nas alíneas seguintes;
- As áreas geográficas de actuação de serviços sub-regionais ou sub-distritais devem respeitar os limites territoriais das áreas regionais ou dos distritos;
- Devem ser adoptadas as mesmas áreas geográficas para os serviços dos vários ministérios que actuam em sectores complementares;
- Devem ser respeitados os limites territoriais dos concelhos;
- As áreas geográficas de actuação dos

serviços actualmente desconcentrados serão revistas no prazo de 12 meses, de acordo com as orientações anteriores.

Melhorar relações com os cidadãos

A equipa governamental chefiada pelo camarada António Guterres decidiu, igualmente, aprovar, na generalidade, um diploma que define o enquadramento da coordenação da administração desconcentrada do Estado.

O Programa do XIV Governo Constitucional reconhece expressamente que a tradição de compartimentação sectorial das políticas públicas e a descoordenação resultante da coexistência de vários modelos de organização territorial da Administração do Estado constituem óbices à competitividade de Portugal num contexto de união económica e monetária europeia.

Com vista ao reforço da eficácia da coordenação territorial das políticas públicas

e da efectiva articulação entre os serviços da Administração Pública regionalmente desconcentrados, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que, nestas matérias, atribui novas funções aos presidentes das Comissões de Coordenação Regional (CCR).

No exercício destas novas funções os presidentes das CCR passam a depender directamente do primeiro-ministro e têm estatuto equiparado a subsecretário de Estado, face à diferenciação de funções relativamente aos demais dirigentes dos outros serviços do Estado sediados nas áreas geográficas abrangidas pelas comissões.

Trata-se de uma inovação muito significativa, inerente ao impulso político que o Governo quer assumir no âmbito da desconcentração e da descentralização, no quadro da intensificação e melhoria das relações entre a Administração e os cidadãos e da efectiva articulação entre departamentos administrativos.

Passará a haver dois órgãos expressamente

vocacionados para o apoio ao exercício das suas responsabilidades, em especial para auscultação e participação da sociedade civil e de outras estruturas institucionais social e economicamente enraizadas no território abrangido pelas CCR.

Trata-se do Fórum Regional, integrado por representantes do poder local, dos parceiros económicos e sociais e representantes de natureza institucional, como as universidades e do Conselho Coordenador Regional, composto pelos responsáveis máximos dos serviços e organismos do Estado existentes no território abrangido pela CCR.

Por último, salienta-se que se mantêm as competências dos governadores civis enquanto representantes do Governo nos distritos e, de igual modo, as funções das Comissões de Coordenação Regional enquanto serviços técnicos desconcentrados do Ministério do Planeamento.

Nova metodologia para governador civil

Aprovada também na generalidade foi ainda a alteração do decreto-lei que estabelece o estatuto e a competência dos governadores civis e aprova o regime dos órgãos e serviço que deles dependem.

Este diploma altera o estatuto do governador civil actualmente em vigor no contexto do distrito, considerando que é a própria Constituição da República Portuguesa que determina que no distrito o Governo é representado pelo governador civil.

Além de se densificar o conteúdo de competências já previstas no actual estatuto do governador civil, define-se uma nova metodologia de intervenção do mesmo a fim de prosseguir um objectivo de aproximação do cidadão aos centros políticos de decisão.

Para efeito de harmonização de políticas sectoriais é criado um conselho coordenador, com carácter consultivo, que terá uma composição variável em função dos temas a discutir.

O conselho terá uma convocação trimestral obrigatória, tendo nele assento as entidades intervenientes de acordo com as matérias a discutir, sendo estas definidas com as áreas estratégicas de interesse para o distrito.

Com vista à defesa de interesses do distrito, deve o governador civil prestar informação periódica ao Governo, definindo-se no diploma os domínios estratégicos para essa informação.

Por outro lado, o governador civil deve organizar ao nível distrital acções de informação, formação e promoção das políticas sectoriais do Executivo de forma a que os cidadãos tenham conhecimento de todas as medidas que os afectam, bem como dos recursos que essas medidas levam ao distrito e ainda do modo de a eles aceder.

Executivo quer legislar em matéria de institutos públicos

O Executivo socialista decidiu, no dia 1, legislar em matéria de institutos públicos.

Na ordem jurídica nacional, e ao contrário do que sucede noutros Estados-membros da União Europeia, os institutos públicos não são regulados por nenhuma lei genérica que, de forma sistemática e unitária, estabeleça o seu estatuto jurídico, situação esta a que este diploma visa pôr termo.

O pedido de autorização legislativa, aprovado na generalidade em Conselho de Ministros, será submetido à Assembleia da República acompanhado de um projecto de «lei-quadro» sobre institutos públicos.

Este projecto decorre do anteprojecto da autoria de Vital Moreira, incluído no Relatório Final do Grupo de sobre os Institutos Públicos.

O Grupo de Trabalho foi criado pelo ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública com vista à apresentação de propostas programáticas, legislativas e organizativas. Em termos sumários, a proposta de lei de autorização legislativa e o projecto a ela anexo visam:

- Definir o conceito de instituto público, abrangendo todas as pessoas colectivas públicas da Administração do Estado, nomeadamente serviços personalizados, estabelecimentos e fundações públicas;
- Estabelecer os princípios gerais e as regras aplicáveis aos institutos públicos, à excepção das entidades públicas empresariais;
- Fixar os requisitos materiais, procedimentais e formais da criação, reestruturação e extinção dos institutos públicos;
- Definir a competência dos ministros da tutela, nomeadamente em matéria de tutela inspectiva e substitutiva e de superintendência;
- Definir o esquema de órgãos dos institutos, sua composição e competência, bem como as regras aplicáveis à nomeação e exoneração dos respectivos membros;
- Estabelecer um regime comum e prever regimes especiais para os serviços personalizados do Estado e fundos autónomos, designadamente em matéria dos órgãos dirigentes máximos, do regime de pessoal e do regime financeiro;
- Permitir regimes especiais para determinadas categorias de institutos públicos, tais os estabelecimentos de ensino superior, de segurança social e do Serviço Nacional de Saúde e as instituições públicas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico;
- Criar, junto do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública uma base de dados informatizada sobre os institutos públicos, que será permanentemente actualizada e disponibilizada através da Internet;
- Estabelecer as condições e o prazo para a análise da situação dos institutos existentes à data da entrada em vigor do diploma autorizado, à luz das normas nele estabelecidas, com vista à sua manutenção, reestruturação, fusão, cisão ou extinção.

ASSIS DECIDIU RECADIDATAR-SE

O camarada Francisco Assis decidiu recandidatar-se à liderança do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) em Outubro próximo, abdicando de encabeçar uma lista socialista, no distrito do Porto, nas próximas eleições autárquicas.

Em declarações à Imprensa, no dia 1, o líder da bancada socialista apenas adiantou que fará um anúncio público sobre o assunto esta semana, mas considerou «muito provável» a hipótese de uma recandidatura à presidência do GP/PS.

Assis mostrou-se particularmente satisfeito «com o clima de unidade que se verifica dentro da bancada» e, sobretudo, «com as mais recentes actuações políticas do Grupo Parlamentar do PS nas últimas semanas», destacando em particular o papel desempenhado pelos deputados tanto na discussão da moção de censura ao Governo apresentada pelo Bloco de Esquerda, no dia

30 de Maio, como no debate mensal com a presença do primeiro-ministro, dia 31.

Outro facto que pesou na decisão de se recandidatar na próxima sessão legislativa a mais um mandato na liderança da bancada prende-se com a «clara melhoria» das suas relações pessoais com o primeiro-ministro. Após o Congresso do PS, o chefe do Governo voltou a aproximar-se do presidente do Grupo Parlamentar socialista e os mais próximos colaboradores do líder da bancada socialista já classificam agora como «excelentes as relações entre Assis e Guterres».

Também na sequência do Congresso socialista, Francisco Assis recebeu um claro apoio do vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre para se recandidatar ao cargo de presidente do Grupo Parlamentar, frisando que ele era o único em condições de assegurar a unidade da bancada.

UM BLOCO DE CLICHÉS E RADICALISMO PURISTA E INGÉNUO



Apresento moção logo existo, logo sou muito de esquerda. Esta parece ser a motivação que esteve na origem da apresentação pelo Bloco de Esquerda de uma moção de censura ao

Governo do PS, que, obviamente, foi chumbada.

O deputado socialista António Reis, durante a discussão desta iniciativa dos bloquistas, no dia 30 de Maio, na Assembleia da República, fez uma intervenção pedagógica, cheia de reflexões e interrogações, que deixou à meditação dos dois deputados do BE que não conseguiram esconder alguma incomodidade e nervosismo.

Procurando explicações para a motivação impulsora desta iniciativa dos bloquistas, António Reis, depois de explicar para que serve um instrumento como a moção de censura, disse que no presente caso «salta aos olhos a flagrante contradição com a genética aversão ao poder de um partido que procurou afirmar a sua diferença pela paixão de ser oposição e nunca querer ser mais que oposição».

Quanto às críticas feitas pelos principais dirigentes do BE à forma como decorreu o Congresso do PS, acusado, entre outras coisas, de não ter passado de um simples momento de «caça interna às bruxas» e de criação de bodes expiatórios para «ocultar a mudança de natureza de um partido socialista num partido de gestão do capitalismo selvagem», António Reis confessou que ao

ouvir estas palavras teve de «esfregar bem os olhos», não fosse o caso, disse, de «estar a evocar em sonho episódios e expressões de há dezenas de anos atrás».

Relativamente à avaliação global feita pelo BE da governação do PS, que, segundo António Reis, «não prima pela originalidade», uma vez que foram utilizados velhos chavões e críticas como, por exemplo, a acusação ao PS de «governar à direita com palavras de esquerda», e de governar com «fúria cavaquista», o vice-presidente da bancada socialista concluiu que pelos vistos os dirigentes do BE «deixaram-se contaminar pelos velhos "clichés" do PCP quando a este último lhe dá para zurzir no Governo do PS».

Infelizmente, disse António Reis, «parece que os dirigentes e as bases do BE já perderam a memória do que é uma governação verdadeiramente de direita, de efectivo furor cavaquista, e por isso não receiam dar o seu contributo para que ela regresse um dia em força».

Segundo sublinhou António Reis, «a ingenuidade e o radicalismo purista de alguma esquerda sempre foram os melhores aliados da direita, como os recentes resultados das eleições legislativas italianas acabam de confirmar uma vez mais».

«Será que afinal o PCP com todas as suas contradições e tensões internas, está bem mais próximo das exigências de uma esquerda plural moderna que o BE pós-Convenção Nacional?», perguntou António Reis.

J. C. CASTELO BRANCO

ENCONTRAR EQUILÍRIOS QUE DETERMINEM PROCEDIMENTOS RAZOÁVEIS

A deputada do PS Luísa Portugal afirmou no dia 23, no Parlamento, que a denominada «doença dos grandes edifícios» pode constituir, também, um «problema de saúde pública».

«A sua magnitude é especialmente importante quando sabemos hoje da necessidade de garantir o bem-estar dos seus utilizadores em geral e particularmente os que, em termos laborais ou de lazer, permanecem em ambientes interiores expostos a riscos evitáveis», disse.

Para Luísa Portugal, «a prevenção destas doenças em geral, e em especial as provocadas pelas bactérias do género legionella, tem obrigatoriamente que ser baseada na compreensão do processo de transmissão da doença e nas origens da fonte de infecção».

A transmissão, explicou, «faz-se por via aérea, por inalação de gotículas de água contaminada e não por ingestão nem de pessoa a pessoa e pode ocorrer quando o agente infeccioso se encontra na água quente sanitária, nos sistemas de ar condicionado, nos aparelhos de aerossol e nas fontes decorativas».

Luísa Portugal sublinhou que os equipamentos que representam maior preocupação, pela frequência com que são implicados, «são as torres de arrefecimento, os sistemas de água quente e fria e os sistemas de ar condicionado».

Luísa Portugal referiu ainda que está já elaborado pela Direcção-Geral de Saúde e pela Direcção-Geral do Turismo, um Guia Prático com os princípios estratégicos fundamentais, «cujas propostas não substituem, mas pelo contrário, reforçam a necessidade de legislação e regulamentação para a adopção de medidas de controlo e prevenção das "doenças" dos grandes edifícios em particular».

Para o controlo deste problema nos chamados grandes edifícios, Luísa Portugal considerou que «há que ter em conta os três vectores essenciais do processo e não apenas a manutenção dos sistemas e equipamentos como a proposta do PSD genericamente aponta». No primeiro momento, disse, «a concepção das redes prediais de águas dos sistemas de climatização devem obedecer a regras claras que obedecem ao conhecimento e à tecnologia existente». Num segundo momento que tem a ver com a montagem e instalação e mesmo com os materiais utilizados, a deputada do PS referiu que «a memória descritiva dos procedimentos deve previamente ser aprovada».

Por fim, salientou, «terá que existir uma manutenção eficaz, devidamente progra-



mada». Um outro ponto extremamente importante, segundo Luísa Portugal, «é a responsabilização dos profissionais envolvidos, aos três níveis já referidos, nomeadamente dos projectistas, dos instaladores e técnicos de manutenção». Para a deputada do PS, «a eventual má utilização dos edifícios, a incorrecta ocupação dos espaços e a decoração de interiores deverão ainda ser pontos a considerar».

Por outro lado, Luísa Portugal referiu que o projecto apresentado pelos deputados do PSD «nada aponta como procedimentos de garantia de controlo e vigilância dos factores que podem contribuir para a multiplicação bacteriana». Considerando a preocupação com a saúde pública e a qualidade ambiental dos espaços em que vivemos e trabalhamos e o estado actual do conhecimento científico na área, disse que o projecto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende ser mais um documento a ter em conta na discussão.

Segundo salientou, «mais importante que as boas ideias é o impacto, a mais-valia e o aumento de bem-estar que essas mesmas ideias provocarem no quotidiano dos cidadãos».

Considerou ainda que «sem deixar de perseguir os objectivos propostos é necessário encontrar equilíbrios que determinem procedimentos razoáveis, prazos de aplicação exequíveis e impactos sustentáveis na estrutura económica do País». J. C. CASTELO BRANCO

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM 149 PAÍSES

Violações dos Direitos Humanos cometidas em pelo menos 149 países são denunciadas no relatório anual da Amnistia Internacional (AI) - coincidente com o 40.º aniversário da organização -, divulgado na semana passada em Lisboa.

A questão da responsabilização dos Estados pelas dívidas, pobreza e aumento das desigualdades resultantes da globalização é levantada no documento, que classifica de «falsa alegação» os Estados declararem terem sido «forçados» a adoptar políticas económicas tendentes a minar os direitos sociais, económicos e culturais.

De acordo com a AI, «os governos têm o poder para defender os seus cidadãos contra as acções arbitrárias de multinacionais e pressões das instituições financeiras intergovernamentais».

Em matéria de violações dos Direitos Humanos, a AI considera que as responsabilidades não devem apenas ser assacadas a agentes estatais e governamentais, mas igualmente a grupos armados ou paramilitares, ao patronato, à comunidade e, até, a membros das famílias das vítimas, contra os quais o poder não actua.

Execuções extrajudiciais são referenciadas em 61 nações e judiciais em 28, prisioneiros de consciência em pelo menos 63, casos de tortura e maus tratos em 125 e «desaparecimentos» em 30,



sendo convicção da AI que os números reais são ainda superiores.

Exploração dos trabalhadores e impunidade

Denunciando a ineficácia da «retórica» dos governos sobre Direitos Humanos, a organização considera que eles têm a obrigação de assegurar a protecção dos trabalhadores contra as «piores formas de exploração», combater a «impunidade» potenciadora da disseminação e ressurgimento das violações, e cessar as «agressões aos activistas».

A AI identifica como sua principal tarefa,

actualmente, a imputação de culpas aos Estados, embora centrar o debate nos poderes e obrigações dos governos não significa ignorar outros sectores.

Significa - para a AI - insistir em que os Estados se devem «confrontar com a sua cობardia, encobrimentos e tentativas de fuga às responsabilidades», para realçar, apesar dos condicionalismos externos, a capacidade de protecção dos Direitos Humanos, havendo vontade política.

«A insegurança económica alimentou conflitos internos que os Estados provaram ser incapazes de resolver, ou conter», o que a AI não aceita como subterfúgio para contornar responsabilidades.

A organização sustenta que os desafios para os Direitos Humanos emergentes da globalização a estimulam a expandir o campo de acção, estabelecendo um programa de trabalho com a comunidade empresarial, confrontando as multinacionais com os seus deveres e insistindo para as companhias se comprometerem, sobretudo nos países onde os abusos são mais graves.

A AI recorda que, em 2000, «pressionou fortemente» empresas internacionais de extracção, transformação e comercialização de diamantes para desenvolverem um «sistema-tampão» contra a Serra Leoa.

Os seus activistas fizeram campanhas frente a joalharias nos Estados Unidos e promoveram debates em Antuérpia (Bélgica) e com o grupo De Beers.

A AI apelou igualmente às companhias petrolíferas que laboram no Sudão para abordarem com as autoridades locais o tema da violação dos Direitos Humanos e adoptarem medidas de protecção na sua esfera de acção.

A organização denuncia ainda o comércio de material para descargas de alta voltagem em seres humanos, tais como bastões e escudos eléctricos, pistolas e cintos de atordoamento, produtos em expansão desde os anos 90.

Nos últimos dois anos - frisa - mais de 150 companhias, em 22 países, produziam e comercializavam equipamento para choques eléctricos («inerentemente cruel, desumano e degradante»), tendo a AI pedido a sua proibição pelos agentes de segurança e da polícia.

Para travar o «conflito potencial entre a busca do lucro e a protecção dos Direitos Humanos», a AI encetou contactos com instituições financeiras como o Banco Mundial, em «posição privilegiada» para exercer influência sobre os programas político-económicos dos países.

A organização garante que continuará por esta via de mudança, visando a inclusão de medidas de protecção dos Direitos Humanos no trabalho.

O documento conclui que, mesmo sendo «formidáveis» as forças contra os Direitos Humanos, a indignação perante a injustiça continua a motivar milhões de pessoas determinadas a construir um mundo melhor e a desafiar as autoridades.

UE CONDENA ATAQUE DA UNITA

A União Europeia (UE) condenou em Bruxelas «veementemente» o ataque da UNITA perto da cidade de Caxito e o rapto de crianças, numa declaração política da presidência sueca.

Os Quinze «pedem que todas as crianças raptadas sejam imediatamente libertadas» e sublinham que os autores deste acto «devem ser levados a tribunal».

A declaração salienta a necessidade de se encontrar «uma solução pacífica e durável» para o fim do conflito em Angola, baseada no protocolo assinado em Lusaca, e que garanta o desenvolvimento democrático e económico do país.

Recorde-se que o Caxito foi atacado em 5 de Maio pela UNITA que raptou 60 crianças (entre dez e 18 anos) de um orfanato, tendo-os entregue em 25 do mesmo mês na missão católica de Ambaca ao padre Joaquim Ribeiro.

Na declaração política, a UE também lança uma advertência ao Governo angolano, no sentido de este respeitar o compromisso assumido de organizar eleições legislativas «livres e regulares» no segundo semestre de 2002.

«É essencial que as eleições sejam precedidas de um período de preparação intensivo com o objectivo de se desenvolver a cultura democrática necessária ao seu sucesso», acrescenta a declaração.

Os Quinze afirmam estar «encorajados» por alguns factos novos como a criação, pela Assembleia Nacional, de uma comissão permanente sobre a paz.

A UE felicita-se ainda pelo facto do presidente angolano, José Eduardo dos Santos, ter indicado num discurso pronunciado em 2 de Maio último, em Luanda, que o seu Governo estava pronto a iniciar um diálogo sobre os meios para

se chegar à paz, com base no protocolo de Lusaca.

Os Quinze notam que Eduardo dos Santos reagiu na altura a uma entrevista radiofónica de Savimbi e exortam o presidente da UNITA a comprometer-se de uma forma «séria e efectiva» na procura de uma solução, e a respeitar o protocolo de Lusaca.

A UE reafirma o seu apoio ao papel das Igrejas e da sociedade civil e salienta o envolvimento do secretário-geral das Nações Unidas a favor da paz, ao mesmo tempo que reafirma a importância das sanções decretadas pelo Conselho de Segurança da ONU contra a UNITA por falta de cumprimento das disposições previstas no protocolo de Lusaca.

Os europeus lembram a importância que dão à realização de reformas económicas e sociais em Angola e pedem ao Governo angolano que implemente «rapidamente»

as medidas previstas no quadro de vários programas negociados com o FMI.

Minas antipessoal

A UE pede ainda a Luanda para «promover activamente uma boa gestão das questões de interesse público, nomeadamente em matéria de transparência e de luta contra a corrupção».

Os Quinze dizem-se «profundamente preocupados» pela persistência de graves crises humanitárias que fazem com que três milhões de pessoas estejam deslocadas no interior de Angola e pedem ao Governo de Luanda para estender o seu programa de ajuda humanitária (PNEAH).

Finalmente, a UE lamenta as dificuldades encontradas na distribuição da ajuda humanitária e pede a todas as partes em conflito, «e em particular à UNITA», para parar com a colocação de minas antipessoal.

BRUXELAS

Comissão Europeia aprova

ÚLTIMO PROGRAMA DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO PORTUGUÊS

A Comissão Europeia aprovou o último programa para acções de «assistência técnica», de 108 milhões de euros (21,7 milhões de contos), que completa o conjunto de fundos previstos no Quadro Comunitário de Apoio (QCA) português (2000-2006).

O programa «assistência técnica» tem por objectivo o apoio à gestão, ao acompanhamento, ao controlo e à avaliação, bem como acções de informação e publicidade da gestão dos fundos estruturais. Esta medida acrescenta-se aos 18 outros programas já adoptados pela Comissão para Portugal.

O comissário responsável pela política regional, Michel Barnier, disse: «Este programa reveste-se de grande importância para apoiar a execução do QCA português e a gestão dos fundos estruturais».

«Ao prever o apoio aos grupos de trabalho temáticos a nível do QCA, o programa constitui um instrumento privilegiado para prosseguir e melhorar a acção nos domínios prioritários da política comunitária», acrescentou, em declarações à Imprensa.

A medida permitirá criar as condições necessárias à execução da estratégia global das intervenções dos fundos estruturais em Portugal, para 2000-2006.



O seu financiamento é feito com uma contribuição comunitária e uma comparticipação das autoridades portuguesas.

O programa prevê um investimento total de 108.413.334 euros (21,7 milhões de contos), dividido num co-financiamento comunitário de 81.310.000 euros (16,3 milhões de contos), dos quais 36,4 milhões de euros (7,3

milhões de contos) a título do fundo europeu de desenvolvimento regional e 44,9 milhões de euros (9,0 milhões de contos) a título do fundo social europeu.

A comparticipação das autoridades portuguesas é de 27.103.334 euros (5,4 milhões de contos).

Os fundos estruturais permitem financiar

programas de desenvolvimento regional resultantes de um trabalho conjunto entre autoridades nacionais, regionais e locais, parceiros económicos e sociais e outros organismos competentes.

As ajudas dos fundos estruturais concentram-se em três objectivos prioritários. Portugal, com excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo, integra o que é conhecido como objectivo um, isto é, ajudas ao desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões com atrasos de desenvolvimento.

Para os fundos do objectivo um, em regra geral, um QCA descreve o contexto socioeconómico do país ou das regiões abrangidas, apresenta as prioridades de desenvolvimento e os objectivos a atingir e prevê sistemas de gestão financeira, de acompanhamento, de avaliação e de controlo.

Em seguida, são adoptados programas operacionais que especificam as diferentes prioridades de um QCA a nível de uma região ou de um eixo de desenvolvimento especial, como transportes, formação ou apoio às empresas.

O QCA para Portugal (2000-2006) prevê um investimento total de 42.199,7 milhões de euros (8.460,3 milhões de contos).

ORÇAMENTO COMUNITÁRIO

Excedente

PORTUGAL RECEBE BÓNUS DE 10,9 MILHÕES DE CONTOS

A União Europeia (UE) restituirá 10,9 milhões de contos a Portugal devido a um excedente extraordinário no orçamento comunitário do ano passado.

O orçamento comunitário de 2001 foi fechado com um excedente de 2.328,1 milhões de contos, montante que segundo uma proposta apresentada em Bruxelas pela Comissão Europeia deverá ser inscrito como receita nas contas de 2001.

«Este resultado é satisfatório para os ministros das Finanças dos Quinze e para os contribuintes europeus», disse a comissária responsável pelo Orçamento, Michaela Schreyer, em conferência de Imprensa.

O excedente total é composto por cerca de 600 milhões de contos provenientes das receitas e mais de 1.600 milhões das despesas.

A parte das despesas deveu-se, segundo a Comissão Europeia, a uma sub-execução das despesas dos fundos

estruturais, tendo os problemas de aplicação no primeiro ano do novo quadro comunitário de apoio 2000-2006 implicado uma redistribuição dos fundos nos anos seguintes.

Um montante de 327,8 milhões de contos do excedente já tinham sido anteriormente inscritos no orçamento de 2001 e 416,0 milhões serão devolvidos ao Reino Unido no âmbito de um protocolo particular que a UE tem com este país.

A Comissão propõe ainda que um montante suplementar de 70,2 milhões de contos reforce os pagamentos destinados a ajudar os Balcãs Ocidentais.

Restam assim 1.503,6 milhões de contos que serão restituídos aos Estados-membros através de uma redução da sua contribuição para o orçamento de 2001. Assim, por exemplo, Portugal poupa 10,9 milhões de contos, a Alemanha 458,3 milhões de contos, a França 194,2 milhões de contos e a Espanha 58,9 milhões de contos.

BUDAPESTE

UE-NATO

GAMA FAZ BALANÇO MUITO POSITIVO DA PRIMEIRA REUNIÃO FORMAL

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, classificou de «histórica» e «muito positiva» a primeira reunião formal realizada na semana passada entre a União Europeia e a NATO em Budapeste.

«Houve avanços sobre os aspectos a regular para articular o acordo de segurança entre as duas organizações e muito rapidamente serão levantadas as objecções da Turquia», afirmou Jaime Gama no final da reunião de dois dias da NATO na capital húngara.

«Esperamos que na próxima cimeira informal de Bruxelas, com a presença do presidente (norte-americano, George W.) Bush, possamos anunciar um acordo nessa área», precisou Gama, lembrando que uma cooperação activa entre a NATO e a UE já existe nos Balcãs, sendo agora necessário que essa cooperação possa ser instituída e abranger a área do planeamento.

A Turquia, país membro da NATO e

candidateado à UE, tem bloqueado o acordo sobre o livre acesso da UE aos meios de planeamento militar da NATO, defendendo antes um acesso caso a caso.

Gama congratulou-se também com o acordo alcançado pelo alto-representante para a política externa da UE, Javier Solana, entre os dirigentes albaneses e macedónios para o fim do actual conflito na antiga república jugoslava.

Segundo Gama, a situação nos Balcãs está a mudar de forma positiva e este novo acordo, essencial para as resoluções dos problemas entre as comunidades albanesa e macedónia, «mostra como a UE e a NATO, através da sua cooperação activa, podem contribuir para uma estabilização de crises internacionais».

Na sua intervenção durante a reunião UE-NATO, Gama defendeu uma maior cooperação entre as duas organizações, também ao nível de trocas de informações em outras áreas, nomeadamente na questão do alargamento.

AÇORES

Carlos César refere

APOSTA NA SUSTENTAÇÃO ECONÓMICA É PRÓXIMA PRIORIDADE

O presidente do Governo Regional dos Açores, camarada Carlos César, apontou no dia 3 como próxima prioridade do seu gabinete a «salvaguarda da sustentação financeira das despesas de funcionamento e desenvolvimento e de sustentação do modelo económico» do arquipélago.

No discurso da sessão comemorativa em Fall River, Estados Unidos, do Dia dos Açores, Carlos César referiu que é nesse sentido que se vai proceder, em 2001, à revisão da Lei de Finanças Regionais, que considerou um «instrumento estruturante da nova autonomia cooperativa».

Aos responsáveis das ilhas e da comunidade reunidos no Centro Cultural de uma cidade maioritariamente habitada por portugueses ou seus descendentes, o chefe do Executivo açoriano reconheceu a existência de muitas «insuficiências e obstáculos» para a região «ombrear com padrões de vida mais evoluídos».

Porém, sublinhou, nos últimos anos assistiram-se a progressos significativos, sendo certo que os Açores de «uma região de emigração passaram à de carência de



mão-de-obra e de recursos humanos compatíveis com o surto de crescimento, e ambição e de iniciativa que está em curso». Numa alusão à escolha da Nova Inglaterra para as celebrações oficiais do feriado regional referiu que tal opção visou salientar «a dimensão múltipla da açorianidade e o esforço que está a ser feito para a afirmação da cidadania em todos os contextos».

Antes da sessão solene evocativa da efeméride, a que assistiram o ministro da República, o presidente do Parlamento açoriano, o secretário de Estado das Comunidades, deputados e autarcas regionais, foi inaugurado um monumento ao poeta Teixeira de Medeiros num parque de Fall River.

Na ocasião o presidente do município local, Edward Lambert, que voltou a intervir na sessão comemorativa, realçou o contributo dos açorianos para a construção da sua cidade.

Ao reconhecer como uma «honra» a escolha de Fall River para as celebrações, o autarca assegurou que a comunidade açoriana «fortalece» o centro urbano nos planos económico e cultural.

FROTA PESQUEIRA

José Apolinário garante

PLANO DE RECONVERSÃO FOI ENTREGUE A 21 DE MAIO

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, garantiu no dia 5 que Portugal entregou a Bruxelas o plano de reconversão da frota que fazia em Marrocos, considerando «inadmissíveis» as declarações do comissário europeu que vão no sentido contrário.

José Apolinário afirmou que o plano de reestruturação dos barcos portugueses foi apresentado «por fax, a 21 de Maio, e em papel, no dia seguinte», tendo informações de que a proposta portuguesa «está a ser analisada a nível técnico».

O comissário europeu da Agricultura e Pescas, Franz Fischler, afirmou não ter recebido de Portugal o plano de reconversão da frota nacional que pescava em Marrocos, mas apenas alguma informação «insuficiente».

«Esse comentário reflecte algumas deficiências de comunicação entre a Direcção-Geral das Pescas e o comissário, que espero que esclareça rapidamente em termos internos que não há fundamento nas suas declarações», afirmou o governante, acrescentando que esta não é a primeira



vez que se verifica este tipo de falta de informação, que aconteceu também com a Gronelândia.

José Apolinário considera que «o tema de

Marrocos não deve ser agitado por declarações», sendo sim importante «resolver os problemas, avançando para a reconversão» das frotas portuguesa e

espanhola.

«As brincadeiras fazem-se no dia das mentiras. As declarações proferidas são inadmissíveis e incompreensíveis», acrescentou.

Perante o fracasso das negociações entre a União Europeia e Marrocos, os Estados-membros envolvidos foram incumbidos de apresentar um plano de reestruturação dos mais de 400 barcos envolvidos, com base nos quais a Comissão Europeia apresentará no conselho de ministros das Pescas de 18 de Junho a sua própria proposta.

O secretário de Estado das Pescas considera que, mesmo que «fosse verdade que Portugal não apresentou o plano, seria de pouca cooperação e falta de lisura» que a Comissão Europeia não o solicitasse a Portugal, quando até agora «não houve qualquer contacto» após a entrega do documento por parte do Governo português.

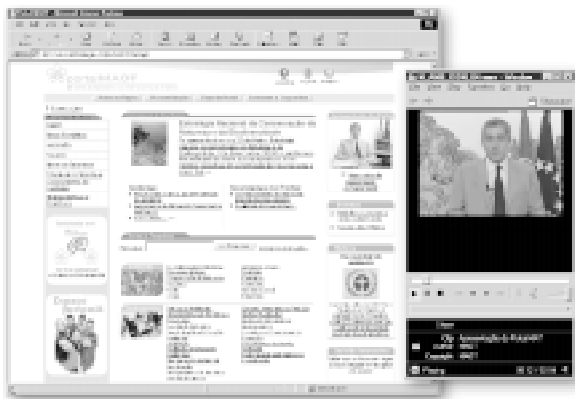
O documento português para a reconversão da frota pesqueira que operava em Marrocos envolve um investimento financeiro de quatro milhões de contos, abrangendo 41 embarcações.

SÓCRATES LANÇA PORTAL

O Dia Mundial do Ambiente foi assinalado no dia 5 um pouco por todo o país, quer através de acções e medidas de sensibilização, quer através de manifestações. O ministro do Ambiente assinalou o Dia Mundial do Ambiente no Porto e em Lisboa. No Norte, o ministro presidiu ao «Porto 2001 Capital Europeia da Cultura e do Ambiente», organizado pelas Águas de Portugal na Fundação de Serralves. Nesta iniciativa participaram 1200 alunos de escolas do Norte e Centro do país, que foram alertados para a importância da água.

A atleta Rosa Mota, a presidente da Fundação de Serralves, Teresa Patrício Gouveia, e o presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, participam nesta iniciativa.

A Sul, José Sócrates presidiu ao lançamento do Portal do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, no



Pavilhão de Portugal, no Parques das Nações, onde decorre, até ao dia 10, a «Feira do Ambiente».

A empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Oeste promove um programa de sensibilização ambiental para 15 mil crianças.

As crianças foram informadas da importância da recolha selectiva e reciclagem na sustentabilidade do ambiente.

A CP aliou-se às comemorações do Dia Mundial do Ambiente, sensibilizando os seus utentes, através da entrega de panfletos, para as vantagens ecológicas do comboio.

A par destas iniciativas, no Oceanário, em Lisboa, decorreu o seminário «Valorizar os Resíduos, Monitorizar o Ambiente», promovido pela Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa.

SAMPAIO PEDE JUSTIÇA E RESPEITO PELA DIGNIDADE INDIVIDUAL

O Presidente da República, Jorge Sampaio, apelou no dia 5 aos advogados portugueses por um «sentido de justiça e respeito pela dignidade inviolável de cada pessoa».

«Ao contrário de uma imagem bastante em voga, as funções do advogado não se limitam à defesa dos interesses particularistas. É o sentido de justiça que deve pautar a sua actividade, sendo certo que a conjugação da verdade dos factos com o respeito pela dignidade inviolável de cada pessoa, são eixos fundamentais do seu código de honra», referiu o Presidente em Abiúl, Freguesia de Pombal, dizendo esperar que, «mesmo não advogando há 11 anos, estas frases não estejam hoje em risco de desactualização».

Jorge Sampaio homenageou o seu antigo colega, o advogado José Lourenço Júnior, já falecido, e inaugurou o Lar Otília Lourenço para a terceira idade, construído pela Fundação José Lourenço Júnior.

«José Lourenço Júnior soube ver em cada cliente a sua qualidade de pessoa humana, sujeito de direitos, deveres e responsabilidades».

«Soube radicar a justiça na solidariedade e projectá-la em iniciativas do mais alto mérito», sublinhou o Presidente da República, considerando «o lar, a criação da fundação e a doação feita à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores



exemplos do seu espírito de justiça. Com o Lar Otília Lourenço, deixa-nos o exemplo da autonomia da sociedade civil em relação ao Estado, sem prejuízo da estreita colaboração entre ambos».

Alberto Vaz Serra, do conselho de

administração da Fundação José Lourenço Júnior, considerou esta instituição «um pouco diferente das outras».

«Esta fundação não foi constituída como forma organizada de pedir dinheiros públicos, mas apenas para realizar acções

no interesse da comunidade em que está inserida», sublinhou.

O Lar Otília Lourenço tem capacidade para 35 idosos e está a funcionar desde Dezembro de 2000, tendo a sua construção custado 300 mil contos.



Amarante

Terceira edição do Prémio Amadeo de Souza-Cardoso

A Câmara Municipal de Amarante promove, entre os dias 15 de Setembro e 29 de Outubro próximos, a terceira edição do Prémio Amadeo de Souza-Cardoso.



O certame é aberto a artistas nacionais e estrangeiros, aceitando todas as expressões artísticas, podendo cada concorrente apresentar, a título individual ou colectivo, o máximo de dois trabalhos. De periodicidade bianual, o Prémio Amadeo de Souza-Cardoso foi reinstituído pelo município de Amarante em 1997, no âmbito das comemorações do cinquentenário da Fundação do Museu Municipal, e havia sido atribuído pela última vez em 1987 pela Casa de Serralves.

Cascais

Campanha «Praias para todos»

A Câmara Municipal de Cascais iniciou no passado dia 1 de Junho, na Praia de Carcavelos, junto ao túnel, mais uma campanha «Praias para todos em Cascais», que visa proporcionar a toda a população deficiente o acesso à praia e ao mar em condições de segurança.



Fica assim garantido em mais um início de época banhar o acesso de todos à praia. Este projecto da Câmara de Cascais conta com o apoio da CERCICA e do

Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração e decorre na Praia de Carcavelos.

O acesso à praia e ao mar será feito por um equipamento especial, cadeira «tiraló», que estará à guarda dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos que são responsáveis pelo acompanhamento dos utilizadores.

Este programa-piloto, lançado pela autarquia de Cascais no decorrer do ano passado, visa a criação de condições físicas de acessibilidade nas praias que permitam às pessoas com mobilidade reduzida a fruição, em condições de igualdade com os outros cidadãos, das potencialidades terapêuticas e lúdicas que o mar pode proporcionar.

Faro

Câmara assinala Dia Mundial da Criança

A Divisão de Educação da Câmara Municipal de Faro, em colaboração com a Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar, elaborou um programa para comemorar o Dia Mundial da Criança.



Assim, no dia 1 de Junho, a Alameda João de Deus recebeu cerca de 3000 crianças num convívio subordinado ao tema «A aldeia dos Pokémon».

As crianças, oriundas das escolas do pré-escolar e 1º ciclo do concelho de Faro, tiveram um programa bastante animado do qual se destacam os «ateliers» de expressão plástica e de olaria, uma ecoteca, a navegação nos «sites» do Pokémon, espectáculos de magia, palhaços, pintura facial, insufláveis, desportos radicais, jogos tradicionais, minigolfe e futebol.

Lisboa

Megaprojecto para a Mouraria

A zona comercial da Mouraria, em Lisboa, vai ser alvo de um megaprojecto por parte do gabinete camarário local que quer potenciar a «maior riqueza» da zona: a diversidade étnica.

Transformar fachadas e lojas, fechar algumas ruas ao trânsito, criar percursos

exclusivamente pedonais e pensar em novas formas de organizar o estacionamento poderão ser algumas das transformações a operar.

Para já, e antes de avançar com qualquer medida, o gabinete técnico da Mouraria começou a pedir a opinião dos moradores e dos cerca de 300 comerciantes indianos, paquistaneses, chineses e africanos que trabalham no bairro.



Conhecedores de que muitas das lojas não respeitam as condições de segurança, higiene ou mesmo de qualidade de vida, os técnicos decidiram reabilitar a zona no aspecto social, cultural e urbanístico, em vez de fechar os estabelecimentos.

«Sabemos que existem situações que não estão de acordo com a legislação. Mas, em vez de mandarmos fechar as lojas, decidimos avançar com um projecto para recuperar a zona», explicou o responsável pelo Gabinete da Mouraria, Paulo Silva. Depois de um encontro entre alguns membros da autarquia lisboeta e responsáveis das diversas etnias, o gabinete começou a fazer os inquéritos à população local para a envolver no processo.

A ideia chave é associar as regras arquitectónicas e urbanísticas da Mouraria à diversidade étnica da sua população.

«Queremos fazer algo na zona que esteja de acordo com quem a vai utilizar. Os comerciantes e moradores locais têm uma palavra a dizer», explicou Paulo Silva.

No final dos inquéritos, que deverão terminar em Dezembro deste ano, o gabinete avança com os projectos de planificação do espaço comercial no sentido de o transformar de forma a espelhar as diversas etnias que ali se reúnem todos os dias.

«A especificidade da Mouraria é uma riqueza que devemos potenciar e não esconder», acrescentou o responsável pelo Gabinete.

A encosta da Mouraria foi, desde sempre, coabitada por cristãos, mouros e judeus. Quando o projecto se concretizar, a Rua do Benfornoso, a Fernando de Fonseca, Arco Marques do Alegrete, Poço do Borratém, a Travessa dos Cavaleiros e do Terreirinho e a Calçada da Mouraria serão espaços reabilitados onde se vai continuar a encontrar os produtos inexistentes nas outras lojas.

Montijo

Seminário sobre heráldica

No passado dia 1 de Junho realizou-se no auditório da Assembleia Municipal do Montijo um seminário subordinado ao tema «Heráldica no Montijo».



Tratou-se de uma iniciativa da Academia Lusitana de Heráldica, que contou com a colaboração da Câmara Municipal do Montijo.

Sendo a heráldica a ciência que estuda o ordenamento constante nos brasões e possuindo o concelho do Montijo uma considerável quantidade de pedras de armas dispersas pela sua área geográfica, pretendeu-se com esta iniciativa chamar a atenção para aquilo que se poderá chamar uma página desconhecida da nossa história.

Sintra

Milhares de crianças celebraram o seu Dia Mundial

O Dia Mundial da Criança, 1 de Junho, foi celebrado em Sintra pelos próprios protagonistas: a assinalar a abertura do SintraAnima – Fórum de Projectos do Concelho de Sintra, decorreram, ao longo de todo o dia, diversas actividades elaboradas a pensar nas crianças, por elas e para elas.



Do vasto programa organizado pela autarquia, destaque para a III Assembleia Paritária das Crianças de Sintra, iniciativa na qual as crianças tiveram a oportunidade de questionar os políticos presentes sobre problemas concretos da sociedade e do País.

FAUL

Guterres afirma

CONFIANÇA NAS FAMÍLIAS E EMPRESAS TEM DE ESTENDER-SE AO PAÍS

O secretário-geral do PS, camarada António Guterres, disse no sábado, dia 2, haver «uma barragem brutal» que leva os portugueses a sentir confiança na capacidade das famílias e das empresas e a mostrar descrença no futuro do país. António Guterres, que não identificou os autores da alegada «barragem brutal» explicativa da contradição expressa nos resultados de sondagens sobre os níveis de confiança dos portugueses, falava no Encontro de coordenadores e secretariados das secções da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS. Nessas sondagens, referidas pelo camarada António Guterres, a «maioria das respostas» mostra os portugueses a sentir que as famílias e as empresas «estão bem» e que o País «está mal». Daí o Governo «ter consciência que o mais importante é restabelecer a confiança» dos cidadãos no país e na acção governativa através de uma maior «eficácia e rapidez» de intervenção. Guterres elencou depois um conjunto de



medidas adoptadas pelo Governo nas últimas semanas (depois de realizado o recente Congresso socialista) que reflectem a vontade de «acelerar, trabalhar, demonstrar ao país que o Governo actua». A reforma da Administração Pública (através da aprovação de novas regras para os Institutos Públicos ou de uma maior coordenação com as Comissões de Coordenação Regional), o completar da Lei de Bases da Segurança Social e a apresentação da Lei de Bases da Saúde foram exemplos apontados por António Guterres. As vitórias às pontes (onde em cerca de 30 serão feitas avaliações subaquáticas), a fiscalização em matéria de segurança alimentar e medicamentosa, o combate ao tráfico de armas e de droga, foram outros exemplos apontados. Guterres disse estar em fase final de aprovação em Conselho de Ministros de legislação que transfere para os traficantes de droga o ónus da prova sobre a obtenção das fortunas pessoais. «Em caso de dúvida, as fortunas passam

para o Estado», frisou António Guterres - que dirigiu uma palavra de estímulo aos dois socialistas que se candidataram às autarquias de Cascais e Amadora, José Lamego e Joaquim Raposo, respectivamente.

Autárquicas e OE

A presidente da FAUL, camarada Edite Estrela, por sua vez, disse que a vitória do PS nas próximas eleições autárquicas e a aprovação do Orçamento de Estado para 2002 constituem os «dois desafios» do partido nos próximos meses. Edite Estrela defendeu ainda uma nova forma de eleição para a Junta Metropolitana de Lisboa, por considerar que o actual modelo impede os seus membros de defender e representar os interesses das populações da região. É que, explicou Edite Estrela, actualmente os autarcas na Junta Metropolitana não conseguem ter uma visão de conjunto por terem de defender os interesses dos municípios que os elegeram.

AJUDA

Homenagem a militantes históricos

A Secção da Ajuda realizou no sábado, dia 26 de Maio, um almoço comemorativo dos 25 Anos da secção e, simultaneamente, de homenagem aos camaradas que completaram 25 anos de militância, tendo recebido uma placa comemorativa. Pedro Lopes; Luís Madeira; Audénio Costa Correia; Maria Celeste Penato; Rosa Madeira; António Polido; Lucinda Rodrigues; Carlos Alberto Adão; e Albano Santos foram os militantes históricos homenageados. A Secção da Ajuda do PS homenageou ainda, a título póstumo, o camarada e amigo Eurico Duarte, recentemente falecido num acidente de viação, pelos seus 21 anos de militância e de participação cívica, tendo sido entregue uma placa à viúva. O almoço foi um enorme sucesso, tendo sido ultrapassadas todas as expectativas mais optimistas, com a participação de 56 militantes. Antes das homenagens foi lido um telegrama do camarada João Soares, no qual felicitava a Secção pelo seu aniversário. No encerramento desta jornada de confraternização da família socialista da Ajuda, usaram da palavra os camaradas Luís Madeira, António Polido, que leu um poema seu, o presidente da mesa da Assembleia Geral, Vasco Antunes, o secretário-coordenador, Dias Baptista, e o presidente da Comissão Política Concelhia de Lisboa, Miguel Coelho.

AVEIRO

Encontro de formação autárquica

A Federação Distrital de Aveiro da JS vai realizar, amanhã, sexta-feira, em Aveiro, um encontro de formação autárquica, que terá lugar na Junta de Freguesia de Ovar. O camarada Carlos Palmeiro será o formador.

BAIXO ALENTEJO

Ciclo de acções de formação

A Federação do Baixo Alentejo do PS vai realizar um ciclo de acções de formação destinadas aos seus militantes que desejem aumentar ou aperfeiçoar os seus conhecimentos em diversas matérias. Este ciclo de acções, realizado pelo Gabinete de Estudos e Formação, terá como primeiro tema «O património político-ideológico do PS», que decorrerá nos dias 11, 19 e 28 de Junho, sempre às 21 horas, no auditório da sede da Federação, em Beja.

BARREIRO

Jorge Coelho convicto na vitória

O coordenador nacional da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, mostrou-se no dia 4 convicto na vitória do partido no Barreiro nas eleições de Dezembro, referindo-se ao «cizentismo, estagnação e imobilismo» da gestão autárquica comunista. «A Câmara do Barreiro vai ser ganha pelo PS. Temos os protagonistas certos para os lugares certos. As pessoas estão cansadas de ver o seu concelho parado no tempo (...), uma gestão autárquica marcada pelo cizentismo, estagnação e imobilismo», disse. Jorge Coelho falava domingo em Santo António da Charneca num jantar-convívio de apresentação dos cabeças-de-lista do PS à Câmara e Assembleia municipais do Barreiro, que reuniu centenas de militantes e apoiantes. O secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça, Eduardo Cabrita, é o candidato à liderança da Assembleia Municipal, cargo ocupado pelo comunista Hélder Madeira, que se recandidata para um quarto mandato à frente daquele órgão do Poder Local. O líder da bancada socialista na Assembleia Municipal do Barreiro, Emídio Xavier, candidatar-se pela segunda vez à presidência do município. Em 1997, o então candidato à Câmara e actual vereador Leal da Silva repetiu o feito, deixando o PS a pouco mais de cem votos de diferença dos comunistas.

Dinossauros e imobilismo

Usando as mesmas palavras de Jorge Coelho para criticar a gestão CDU no concelho do Barreiro, Eduardo Cabrita afirmou que «a época dos dinossauros está a acabar e que já basta de decadência e de imobilismo. Digam não ao cizentismo». Por seu turno, Emídio Xavier elegeu como uma das suas principais batalhas políticas o combate ao crescimento urbanístico, a construção de novos acessos (Circular Interna do Barreiro e a Marginal de Coia) e a criação de um corpo de polícia municipal, uma agência de desenvolvimento regional e um conselho de juventude.

VENDAS NOVAS

Convenção autárquica

No dia 2 de Junho, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, a Secção do PS local levou a efeito mais uma Convenção Autárquica, que teve como objectivo analisar e debater uma nova perspectiva de desenvolvimento e de futuro para o concelho. Destaque para a análise, nas mais diversas vertentes, a um concelho governado há mais de 25 anos pelo PCR, que tem utilizado a autarquia como uma arma de arremesso contra os sucessivos constitucionais legitimamente eleitos.

POLÍTICA

Jorge Coelho

CHEGOU O SOL



Depois de um Inverno rigoroso e prolongado, chegou finalmente o Sol.

Estão a regressar os dias com bom tempo, a luz, o calor, as férias, a praia... Seguramente, a Primavera vai ajudar a ultrapassar alguma depressão colectiva que é frequentemente relatada pelos líderes de opinião.

Um novo ciclo está a começar no dia-a-dia das pessoas. A vida política, entretanto, não parece ter sofrido grandes alterações.

A oposição à direita retomou o projecto de aliança entre o PP e o PSD.

Pelos vistos, os dirigentes partidários do PSD e do PP não aprenderam com o inêxito da última tentativa. O Prof. Marcelo e o Dr. Paulo Portas tentaram juntar esforços, mas aos olhos dos eleitores, a AD não tinha qualquer projecto e acabou por morrer, antes de nascer.

Agora, o processo repete-se com o Dr. Durão Barroso que, curiosamente, chegou à liderança do PSD depois de ter combatido a AD de Marcelo Rebelo de Sousa.

Esta tentativa de aliança começou de uma forma estranha.

Os dois líderes encontram-se, mas não existe qualquer consonância política no que dizem. Começaram por falar da existência de mais de cem acordos e todos os dias o número vai diminuindo. Aliás, a discussão pública sobre alianças incide apenas na quanti-



ficação de candidaturas conjuntas e no relato das tentativas fracassadas.

Nada é dito sobre o que pretendem e quais os programas de candidatura. Além de quererem derrubar as Câmaras Municipais governadas por autarcas do PS, que projecto, que ideia, que alternativa existe? É só o poder, pelo poder.

Mais uma vez, demonstram que não aprenderam muito com o inêxito da última tentativa de formação da AD. O artificialismo, o desejo de apenas alcançarem o poder, foi um dos erros cometidos pelo projecto de Marcelo e Portas que provocou a falta de receptividade junto do eleitorado.

A ausência de um projecto está associada a um outro problema para esta AD.

Porquê o entendimento em determinados municípios e não em outros, como é caso de várias capitais de distrito, nomeadamente em Lisboa?

E já agora uma pergunta ao meu estimado companheiro de página. No dia em que as delegações do PSD e do PP se encontraram, para assinar o acordo autárquico, porque não esteve presente? Era curioso o candidato do PSD em Lisboa testemunhar um acordo assinado com o PP, que, por acaso, é liderado pelo seu adversário na corrida a Lisboa.

Outra pergunta, dirigida a outro interlocutor: quantas presidências de Câmara vai ter o PP neste acordo? Na prática, qual a mais-valia para os populares com este acordo com o PSD?

A oposição à esquerda é mais diversa. O Bloco de Esquerda, à falta de imaginação, avança com uma moção de censura. O objectivo «era clarificar a situação política, que só é possível através de eleições antecipadas», mas, afinal, «não há o risco de eleições antecipadas». As palavras são de Luís Fazenda a um programa da TSF e são elucidativas do vazio político da iniciativa do Bloco, que ontem ficou provado.

Por sua vez, o PCP continua imutável. O discurso é de muitas primaveras atrás e continua «amarrado» a uma visão da sociedade que já não corresponde aos tempos modernos.

Com serenidade e confiança também faço votos que este bom tempo, este Sol que chegou, se faça sentir com mais intensidade, mas sem «escaldões», na acção do Governo e do PS.

Implementar as reformas fiscal e da segurança social, discutir e aprovar a Lei de Bases da Saúde, implementar medidas que, definitivamente, conduzam à desconcentração, promover a redução de despesas públicas, são desafios a que se deve dar resposta sólida e determinada. Ou seja, prosseguir com determinação e sem hesitações no caminho das reformas que o País carece.

Nestes últimos dias, vários sinais positivos foram enunciados:

Novas medidas para o combate à criminalidade

Nova estratégia de Prevenção da Toxicod dependência

Abertura no próximo dia 25 de Julho de mais 60 km. de auto-estrada a caminho do Algarve.

Aprovado o Plano Nacional de Emprego. Anúncio do resultado da política do Governo nestes cinco anos para a Segurança Social, com a sua viabilização garantida para os próximos 30 anos.

Este novo tempo, que parece estar também a chegar à actividade governativa, é um sinal claro que os desafios lançados por António Guterres foram compreendidos e estão a provocar uma nova dinâmica ao projecto que lidera.

Porque «quando o Sol nasce é para todos», espero que, dele, todos venham a beneficiar, mas muito em particular os portugueses, pois é para eles que, no Governo ou na oposição, se deve trabalhar.

ACTUALIDADE

Paulo Pisco

A SAÚDE E O AZAR DA OPOSIÇÃO



O PSD tem tido azar. Que melhor prova pode haver do que a recente interpelação falhada na Assembleia da República sobre a saúde, em que Durão Barroso não só perdeu uma boa oportunidade para fragilizar o Governo numa área delicada, como o tiro acabou por lhe sair pela culatra. É que, logo no dia seguinte, o candidato sombra à liderança do partido, Marques Mendes, escrevia nos jornais sobre a reforma do Serviço Nacional de Saúde, dizendo aquilo que, na sua opinião, Barroso deveria ter dito e não disse.

O PSD tem tentado dramatizar o estado da saúde para ver se cria um ambiente que leve à queda da ministra, com o consequente desgaste do Governo. Para atingir esses objectivos fazem as declarações mais desbragadas e, sobretudo, procuram passar a ideia de que nada se faz. Já se percebeu que, na área da saúde, quanto mais se faz, mais outros procuram desfazer. Por uma razão simples: há demasiados interesses em jogo e agora também muitas revelações incómodas. E a ministra Manuela Arcanjo disse-o numa entrevista espantosa

pela sua coragem e ousadia. Consciente ou inconscientemente, o PSD tem andado de braço dado com os grupos de interesse na área da saúde que, enquanto foi poder, permitiu que se enraizassem. É o que se desprende das posições que diversos dirigentes têm tomado a respeito das dívidas, das queixas dos grupos profissionais e de muitos outros que estão aflitos com as reformas.

Se actualmente existem dificuldades, as culpas vão direitinhas para o PSD, que nunca se preocupou com a organização do sector, escancarou as portas para a promiscuidade entre público e privado com a Lei de Bases da Saúde de 1993 e, sobretudo, estrangulou a formação de profissionais. Refira-se apenas que para formar um médico são precisas, no mínimo, duas legislaturas. E, para inquietação de muitos, é nessas áreas que o Governo está a mexer.

A esta amnésia em relação ao passado junta-se a falta de seriedade. Basta ver o que escreve no Expresso de 12 de Maio o deputado Patinha Antão sobre a regulamentação das medicinas não

convencionais, em fase final de discussão na Comissão de Saúde do Parlamento. Diz o deputado que o PS se prepara para aprovar uma lei que legalizará indistintamente medicinas complementares "e as práticas com que inúmeros charlatães enganam doentes desamparados, dispostos a acreditar em tudo, até em Vilar de Perdizes". De passagem faz uma respeitosa vénia às poderosas Ordens dos Médicos e dos Farmacêuticos.

São afirmações pouco sérias porque o deputado sabe que apenas se pretende pôr ordem num sector onde não há regras. Um sector em que diariamente milhares de pessoas procuram terapeutas, os quais precisam ser enquadrados, credibilizados e responsabilizados. Porque há uns que são excelentes, mas também existem charlatães. Porque os utentes precisam ter garantias de qualidade e segurança nas terapias e nos produtos que tomam. A regulamentação é urgente para acabar com as fraudes e salvaguardar os direitos dos cidadãos e da saúde pública.

O projecto de Lei do PS é responsável, generoso e aberto, mas ao mesmo tempo

extremamente rigoroso e exigente. Como se espera de um partido que defende uma sociedade aberta e livre das amarras dos grupos de pressão. E é contra o egoísmo e o dogmatismo ao defender também uma saudável complementaridade entre a medicina e as terapêuticas não convencionais.

Não faz sentido reprimir um conjunto de áreas que já deram provas da sua eficácia terapêutica, como a homeopatia, quiropráxia, osteopatia e acupuntura. É obrigação do país desenvolvê-las para as pôr ao serviço da comunidade. Os progressos da medicina e os seus avanços científicos não são postos em causa apenas por aparecerem outras profissões de saúde. Pelo contrário, se todos quisessem, poderiam até abrir-se novos caminhos de cooperação e de investigação. E que raio! Se os países nórdicos, o Canadá, a Alemanha e outros têm regulamentação, porque razão temos nós de, mais uma vez, dar mostras de tacahez? Porque teremos sempre mais gosto em reprimir do que em libertar?

In «Expresso», 26-05-2001

CONGRESSO DA AACDN **Miranda Calha**

APOSTA NA MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS PORTUGUESAS



Em primeiro lugar gostaria de agradecer o amável convite para participar nesta iniciativa promovida pela Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, que já ganhou uma posição de merecido relevo pelo espaço de reflexão que propicia, a par, naturalmente, da aproximação e do reforço dos laços de amizade e convívio gerados entre antigos auditores.

Por estas razões, é com muito gosto e grande atenção que me associo à realização deste congresso, o qual reflecte, em cada edição, preocupações e interesses relacionados com questões essenciais à Defesa Nacional e à sociedade portuguesa.

O tema escolhido para debate foi «A Juventude e a Defesa Nacional», o que, à partida, afigura-se da maior importância e oportunidade, dadas as circunstâncias de constante e acelerada alteração que caracterizam a sociedade actual e, portanto, também a velocidade de mutação de influências e conceitos que se reflectem na juventude, até pelas características peculiares – de abertura de espírito e de procura de inovação, referências e valores – deste grupo.

Dado haver a tendência de nos projectarmos no futuro através das gerações jovens, penso que o tema merece atenção e cuidado particulares de análise, sobretudo tendo em vista que a Defesa Nacional é norteada pela afirmação, preservação e projecção dos valores e dos interesses essenciais da sociedade portuguesa. Permitam-me, assim, que também me associe a esta reflexão em que estarão vivamente empenhados. E ao fazê-lo gostaria de começar por me referir ao ambiente que caracteriza as sociedades modernas.

A nota dominante – será inevitável referir – relaciona-se com o aumento crescente de meios cada vez mais poderosos, eficazes e acessíveis que transportam informação e a disponibilizam. Uma miríade de conteúdos estão hoje à disposição da juventude, apresentados de forma sempre mais atractiva e utilizando suportes tecnológicos cada vez mais inovadores e apetecíveis de utilizar.

Vão longe os tempos em que os pensamentos dominantes, as influências ditadas por sociedades mais desenvolvidas, as modas ou os hábitos dos jovens acabavam por ser transmitidos directamente de geração para geração, na família e na escola. A previsibilidade da evolução de comportamentos deu hoje lugar à incerteza. A única certeza que parece existir é que a mudança está para ficar, sempre associada à aceleração da transmissão de informação. Teremos, portanto, de aprender a viver este constante



desafio e utilizá-lo em proveito próprio.

Se é verdade que este é o ambiente onde se movem os jovens, ele é também o mesmo em que actua a restante sociedade. A globalização e a interdependência passaram a ser conceitos do quotidiano de pequenas e grandes organizações, de pequenos e grandes países. As fronteiras tradicionais, estáveis e imutáveis, referências sagradas para governos e povos, sucede-se o conceito de fronteiras dinâmicas.

Um país já não pode continuar hoje como um território fechado, protegido economicamente por pautas aduaneiras ou por políticas financeiras ditadas por interesses conjunturais, sob pena de se auto-excluir das relações internacionais e de cair num processo isolacionista, com os custos e os sacrifícios que essa situação poderá provocar.

A segurança de qualquer país também já não se confina, assim, apenas à defesa das suas fronteiras terrestres, marítimas ou áreas. A globalização e a interdependência ditaram a formação de blocos criados pela dinâmica dos interesses de cada membro mas suportados e alimentados pelo debate democrático e pela ideia de que em conjunto poderão ser obtidas metas de desenvolvimento e de criação de riqueza difíceis de atingir isoladamente.

Este avanço no relacionamento internacional – assente no respeito pela especificidade de cada povo, pelo seu património, valores e aspirações seculares – representa hoje um importante factor de estabilidade e de segurança, mas obviamente que contém também a necessidade de um permanente esforço de diálogo e de debate sobre questões essenciais e, por vezes, conflituais que se colocam.

A construção de blocos económicos e políticos supranacionais é, por isso,

também ditada e reforçada pelo facto das situações conflituais entre membros serem diminuídas com harmonização de interesses e com inevitáveis cedências mútuas. Este debate permanente vivifica e fortalece-as as organizações, destacando a hegemonia da razão, do conhecimento e do saber. Situa-se, numa palavra, num plano superior de fazer política, de relacionar Estados e organizações, mas obriga inevitavelmente a uma aposta dinâmica e efectiva dos responsáveis, quer na disponibilidade para equacionar as novas situações que se colocam quer no empenho para fazer prevalecer os valores nobres das sociedades, como o respeito pelos direitos humanos e a resolução dos conflitos por via pacífica; quer, por último, na capacidade de promover junto dos seus cidadãos os motivos que determinam as suas actuações.

A explicitação das bases que sustentam as opções dos responsáveis é, de resto, determinante para o sector da Defesa Nacional. Com o fim da guerra-fria, com o termo do Pacto de Varsóvia, com o desmoronar do império de países e de interesses que gravitavam em torno da União Soviética, parece, pela primeira vez em muitos anos, não haver um inimigo assumido para a Europa democrática e para os valores em que as nossas sociedades assentam. O clima em que se vive é de paz e de plena liberdade.

O ambiente actual, de distensão e estabilidade, permite pensar que não há ameaças e que as preocupações em matéria de defesa e de segurança devem ser consideradas num plano secundário. Todavia, há um variado conjunto de situações tendencialmente ameaçadoras que devem ser consideradas.

Podemos citar, nomeadamente, a situação que se vive em muitos países que integravam o antigo império soviético e que,

agora, se mostram incapazes de se auto-organizarem por razões étnicas e religiosas, assistindo-se à desintegração de Estados, o que tem provocado conflitos sangrentos e fluxos de refugiados às portas da União Europeia e da área de influência euro-atlântica.

Teremos, igualmente, de referir as ameaças que constituem a proliferação e o tráfico de componentes de armamento nuclear e químico, através de grupos criminosos e mafiosos. Estas organizações actuam, muitas vezes, associadas a redes complexas e multinacionais ligadas também ao narcotráfico ou à emigração clandestina.

Terão de ser consideradas, a um outro nível, as desigualdades crescentes na relação entre os países mais e menos desenvolvidos, o que provoca tensões motivadas por fluxos migratórios, especialmente numa Europa que é hoje vista como local de refúgio e modelo de referência para a obtenção de uma condição de vida mais digna por parte das populações que fogem da implosão dos países do Leste europeu ou de situações de grande carência vividas em África, em países asiáticos ou latino-americanos.

O quadro atrás referido motiva que façamos um esforço de informação junto da juventude de modo a que possa ser contrariado um certo distanciamento relativamente a um conjunto de situações que são vitais para o futuro de Portugal como país secular, com uma identidade perfeitamente definida, potenciada pela presença das comunidades portuguesas existentes em todo o mundo, bem como pelos laços de cooperação e amizade em que assenta a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Portugal é hoje um país fortemente empenhado na construção europeia e é membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Pertencemos, por isso, a um espaço de progresso e de estabilidade que respeita os valores essenciais e fundamentais da pessoa humana. Nesse sentido, temos vindo a estar presentes em palcos internacionais na sequência de decisões tomadas no âmbito da ONU e da OTAN, com o objectivo de garantir a paz e a segurança em zonas de conflito.

A presença portuguesa deriva dos compromissos internacionais assumidos pela nossa política externa, mas também representa o contributo para a paz e segurança da Europa e do Mundo. Ao participarmos nas missões humanitárias e nas missões do estabelecimento de paz contribuimos, por outro lado, para que continuemos a ter assento e voz interventora nas instâncias internacionais. É aconselhável, por isso, que promovamos as razões que nos animam junto da opinião pública portuguesa e, sobretudo, ►

A NOVA CONJUNTURA EUROPEIA



O fracasso da Cimeira de Nice, comentado várias vezes nesta coluna, teve, contudo, duas consequências positivas importantes: a aprovação da Carta dos Direitos Fundamentais, ainda que sem ter carácter vinculativo; e a decisão de avançar no alargamento, fixando o horizonte a partir de 2003, para a adesão dos países candidatos mais adiantados no processo de harmonização com o chamado «acquis communautaire». Este segundo aspecto, que foi interpretado como uma satisfação necessária dada aos países candidatos (mais 12 ou 15, relativamente aos 15 existentes), que começavam a multiplicar sinais iniludíveis de impaciência e mesmo de alguma frustração, representou todavia uma espécie de «fuga para a frente», visto que a reforma institucional, que deveria preceder o alargamento, como sempre se entendeu, foi adiada — por falta de acordo dos Estados-membros — para as calendras de 2004, com a promessa de uma nova CIG (Conferência Intergovernamental). Os alemães, que tomam a sério a construção europeia e que continuam a julgar — e isso é bom — que é através da União que podem voltar a desempenhar papel decisivo na cena internacional, foram os primeiros a falar, apresentando propostas construtivas para a criação de uma verdadeira Federação de Estados Europeus. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, foi o primeiro a fazê-lo, aproveitando para tanto um espaço académico, a Universidade Humboldt, meses antes de Nice, e para de algum modo condicionar a presidência francesa; depois, foi a vez do Presidente da República, Johannes Rau, que se deslocou ao Parlamento Europeu onde fez a apolojia clara e eloquente da necessidade de uma Constituição Europeia; finalmente, foi o chanceler Schröder — com o apoio que se seguiu, significativamente, de várias perso-



nalidades da oposição conservadora alemã —, que lançou propostas muito concretas sobre o funcionamento e a repartição das competências entre os diversos órgãos comunitários e entre os poderes dos Estados-membros e os poderes da União, no quadro da Federação Europeia. Perante estas sucessivas propostas, o silêncio da França passou a ser incómodo e, se posso usar o paradoxo, «atoradoador»... É certo que Jacques Chirac aproveitou uma visita ao Bundestag, em Junho de 2000, para fazer um discurso sobre o futuro, apelando à construção da Europa dos Cidadãos, da solidariedade — «uma verdadeira solidariedade entre países ricos e pobres» — e a uma Europa-potência, com peso e força na cena internacional. Mas não foi suficiente. Esperava-se uma palavra autorizada do primeiro-ministro, Lionel Jospin, que começava a tardar... Pois bem, essa palavra veio, na passada segunda-feira, 28 de Maio, num importante

discurso perante uma assembleia de estudantes, de jornalistas e de diplomatas interessados nas questões europeias. Que disse Jospin? O suficiente para relançar o debate sobre a construção federal europeia — a partir de agora, irreversível — para contestar posições americanas e, por outras razões, para criar alguma insatisfação nos meios alemães... Vejamos: Lionel Jospin, com prudência (as eleições que se aproximam obrigam...) e inegável habilidade, declarou-se «francês», mas disse que se «sente europeu». Quer contribuir — afirmou — para a construção da «Europa de amanhã», mas «sem desfazer a França». (Quem pensaria o contrário?...). Por isso, afirmou-se em favor da fórmula inventada por Jacques Delors — um tanto ambígua, diga-se! — de uma «Federação de Estados-nações». Isto é: «quer uma integração pragmática, progressiva, respeitadora das soberanias nacionais» (será caso para perguntar: quais?). Quer, também ele, uma Constituição para a Europa — que integre e substitua os Tratados — onde se expresse «um modelo económico e social europeu capaz de resistir à globalização e de propor aos outros povos uma via de desenvolvimento não neo-liberal». Nesse sentido, declarou-se partidário de «um verdadeiro Tratado Social Europeu», com políticas industriais ambiciosas e reformas fiscais concertadas («distintas do modelo americano»). Apelo à Europa para tomar uma posição coerente face à iniciativa «controversa» dos Estados Unidos de criar um escudo nuclear antimísseis. Defendeu a diversidade cultural e a criação de um espaço europeu de investigação científica e de inovação e preconizou, «a nível europeu, mecanismos de apoio à criação cinematográfica, como os existentes em França, e meios audiovisuais próprios». Manifestou-se ainda em favor de um «governo económico da zona do euro» mas, no domínio institucional, parece não pretender diminuir os poderes do Conselho

de Primeiros-Ministros em favor do reforço dos poderes da Comissão, embora aceite o alargamento dos poderes do Parlamento, associado sempre aos Parlaamentos nacionais.

É difícil caracterizar em poucas linhas um discurso longo, denso e de enorme substância, com suficientes «nuances» — dada a conjuntura eleitoral francesa — e porventura com ambiguidades, contradições e omissões intencionais... O que interessa é salientar que a partir de agora o debate sobre o futuro da Europa ficou aberto e instalado na praça pública, não só no âmbito franco-alemão mas igualmente a nível de todos os Estados-membros da União e extensivo ainda aos Estados candidatos. A Europa dos Cidadãos pode ganhar assim enorme impulso — e é necessário e urgente que ganhe! Cabe aos cidadãos e à sociedade civil assegurá-lo.

Em Portugal, o primeiro-ministro convidou igualmente os partidos, as universidades e os cidadãos a realizarem, quanto antes, um amplo e intenso debate europeu. Um tal debate — realmente urgente e necessário — implica conhecimentos precisos e informação actualizada, para se saber do que se fala. É em primeira linha ao Governo que compete fornecê-los. Até onde vão os compromissos já assumidos? O que se espera — ou o que se teme — das modificações em curso? Que estratégia foi elaborada para lhes fazer frente? Depois, é certo, os partidos, os sindicatos, as empresas, as universidades, os centros de estudo e os cidadãos devem pronunciar-se. Esperemos que as televisões, as rádios e os jornais — com o apoio das organizações, associações e fundações que se interessam pela temática europeia — se lancem nesse esclarecimento colectivo, porque está intimamente relacionado com o futuro de todos nós. E, em última análise, é aos cidadãos que compete decidir.

In «Expresso», 2-06-2001

▶ *junto da juventude. Assim sendo, poderemos manter intacta a nossa capacidades de influenciar e ter uma palavra importante nos debates que se travam no espaço global a que pertencemos. E ao manter essa possibilidade de actuação estamos a contribuir para que sejam defendidas as características, bem como os valores e a história que nos individualizam e diferenciam como povo.*

Teremos, por outro lado, de considerar a nova realidade em que assentam as Forças Armadas, baseada no voluntariado e na profissionalização de efectivos. Este quadro motivou que fosse estabelecido um conjunto de incentivos destinados a facilitar a integração social e profissional dos jovens

no termo dos seus contratos como militares. As Forças Armadas também prestam hoje, no âmbito não militar, um variado conjunto de apoios e serviços à sociedade, com visibilidade significativa, particularmente em operações de busca e salvamento e de socorro, motivadas por acidentes e catástrofes. Tais missões constituem oportunidades excelentes para a aproximação desejada entre as Forças Armadas e a sociedade e devem ser devidamente consideradas.

A cresce, ainda, que a elevada especialidade e capacidade tecnológica que está associada ao equipamento militar é um factor de atractibilidade para os jovens, a par de um veículo de progresso tecnológico para as indústrias de defesa e para outros sectores industriais com elas

relacionadas. Aliás, a Lei de Programação Militar apresentada na Assembleia da República reflecte a aposta na modernização das forças portuguesas e constitui um reforço das condições de desempenho das missões militares, daí resultando uma motivação acrescida para os potenciais efectivos.

O tema escolhido para reflexão neste congresso tem, efectivamente, grande interesse e importância para a problemática do sector da Defesa Nacional, no âmbito das componentes militares e não militares a ela associada.

Estou certo que irá ser aqui tratado com a profundidade que deriva do interesse e do acompanhamento atento, dedicado à Defesa Nacional pelo vasto grupo de auditores aqui presentes, e também como

reflexo das iniciativas e do trabalho que têm vindo a ser desenvolvidos pelo Instituto de Defesa Nacional, no seu propósito de se constituir como pólo reflexivo e de debate do sector.

Desejo, por isso, que o Congresso corresponda às expectativas dos seus organizadores e propicie contributos que valorizem e promovam uma maior interligação da Defesa Nacional com os diversos sectores da sociedade portuguesa.

Reitero, assim, o meu agradecimento pelo convite e reforço os votos de uma alargada e construtiva reflexão.

Intervenção do secretário de Estado da Defesa Nacional, na abertura do Congresso da AACDN (Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional) realizado no Porto, dia 1 de Junho de 2001

ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL **Vital Moreira**

O INÍCIO DE UMA BOA REFORMA?

Como que para desmentir de pronto o cepticismo aqui expresso há poucas semanas sobre a reforma da administração territorial do Estado, o Conselho de Ministros da semana passada adoptou algumas decisões fundamentais na matéria. Contra a inércia até agora prevalecente, o processo parece ter sido efectivamente desencadeado.

Os princípios adoptados merecem aplauso. Por um lado, simplifica-se a organização territorial, passando a haver somente duas circunscrições territoriais infra-estaduais básicas, a saber, o distrito e a área territorial das actuais comissões de coordenação regional (CCR), que constituem o segundo nível do ordenamento do território, abaixo do Estado (NUT II). Por outro lado, estabelecem-se formas de articulação e coordenação dos diferentes sectores da administração estadual a nível regional e distrital.

A simplificação da divisão territorial permitirá por fim à inacreditável multiplicidade de circunscrições territoriais dos diferentes serviços periféricos. Com algumas possíveis excepções justificadas (administração militar e judicial, por exemplo), todos os departamentos da Administração do Estado adoptarão o distrito ou a região NUT II como base territorial dos seus serviços desconcentrados, conforme um critério que a nota informativa do Conselho de Ministros não explicita, mas que o relatório Nuno Vitorino, elaborado no âmbito do Ministério da Reforma do Estado, desenvolvia convenientemente.

Por sua vez, a solução encontrada para a

articulação e coordenação dos diferentes serviços territorialmente desconcentrados do Estado acaba por ser a mais prudente e sensata. Depois da péssima recepção da primitiva ideia dos comissários regionais, a qual no referido relatório já aparecia numa versão assaz «soft», o Governo inclinou-se para entregar essas funções a uma entidade já existente, os presidentes das comissões de coordenação regional, procedendo a um «upgrade» do seu estatuto e tornando-os responsáveis directamente perante o primeiro-ministro; Afinal eles já detêm hoje funções de coordenação numa vasta área das políticas públicas de âmbito regional, além de manterem um especial relacionamento com os órgãos dos municípios, funcionando como uma interface entre a administração central e a administração local autónoma. A criação, junto dos presidentes das CCR, de um conselho coordenador regional, composto pelos responsáveis regionais dos diferentes serviços e organismos desconcentrados (directores regionais, etc.), e de um fórum regional, com funções consultivas, reunindo representantes do poder local, dos parceiros sociais e das instituições de âmbito regional, traduz-se numa evidente densificação institucional da administração regional do Estado.

A nível distrital, aparentemente por efeito mimético, também se reforça o papel dos governadores civis, criando-se igualmente um conselho coordenador de carácter consultivo para funcionar junto deles, mas cuja racionalidade não se vislumbra à primeira vista, a não ser para contentar a influente corrente que aposta numa nova

redistribuição da administração periférica do Estado.

Aparentemente, foi deixada debaixo do tapete uma questão delicada, que é a da descoincidência entre os limites dos distritos e os das regiões NUT II, as quais não são compostas por agregação de distritos (salvo no caso do Algarve, que coincide com um único distrito). Ora esta discrepância constitui um handicap incontornável da nossa administração desconcentrada do Estado, visto que muitos municípios do país estão integrados em região diferente daquela a que pertencem os demais municípios do mesmo distrito. O ideal é a coincidência de fronteiras, seja pela reordenação dos arcaicos limites territoriais dos actuais distritos, seja por afeiçoamento dos limites das NUT II, seja por uma combinação dos dois métodos. Mas o Governo parece ter desistido de intervir neste ponto. Compreende-se a delicadeza da questão, tanto mais que os distritos constituem os círculos eleitorais para a eleição da Assembleia da República, bem como a base da organização dos partidos políticos. Mas não se vê como é que ela pode ser adiada indefinidamente.

Estabelecida esta nova arquitectura institucional, sem a qual nada poderia ser feito, é agora necessário pôr-lhe carne dentro, ou seja, proceder a uma ousada desconcentração de funções para o nível regional/distrital, conforme os casos. Não está em causa, é bom sublinhá-lo, um exercício de descentralização. Nem os distritos nem as regiões NUT II são autarquias territoriais, com atribuições,

finanças e órgãos representativos próprios, mas somente níveis de organização da Administração do Estado. A desconcentração é somente um instrumento de racionalização territorial da Administração Central. O Estado continua a ser o titular das funções administrativas desconcentradas.

Porém, já que a descentralização regional, através de verdadeiras autarquias regionais, está adiada por tempo indeterminado, em consequência do chumbo do malfadado e voluntarista projecto de regionalização de 1998, é tempo ao menos de atenuar a atávica concentração da administração do Estado na capital, mediante a sua dispersão por serviços regionais/distritais, mais perto dos problemas e dos cidadãos. Por isso não basta uma programa de simplificação territorial e de coordenação da administração periférica do Estado. Torna-se exigível, simultaneamente, um programa de transferência de funções para as instâncias distritais/regionais.

Apraz-me ver contrariadas as minhas previsões sobre a falta de vontade do Governo em pôr na agenda política o «dossier» da administração regional do Estado. Bem se sabe, porém, que não bastam as leis, sobretudo quanto as reformas ameaçam, como esta, fortes e arraigados interesses, a começar pelas estruturas distritais dos partidos e a acabar nos ministérios de Lisboa. Mas mesmo as mais difíceis caminhadas começam com o primeiro passo e a vontade de chegar ao fim.

In «Público», 05-06-2001

REFLEXÃO

Manuel Alegre

O QUE DIZ CAVACO

Sempre que Cavaco fala, há quem no PSD fique assustado. Não vejo razão para que tal aconteça no PS. Cada intervenção de Cavaco Silva tem o mérito de revelar o vazio da actual liderança do PSD e de repor as fronteiras que, afinal, existem entre direita e esquerda, entre neoliberalismo e socialismo. Pena é que se perca mais tempo a perscrutar os desígnios de Cavaco, se quer voltar a ser primeiro-ministro ou se pretende candidatar-se a Presidente da República, do que a discutir o conteúdo do que ele diz. O que interessa não é o futuro político que Cavaco está a engendrar para si próprio (se é que realmente está a magiar algum), mas sim o que ele pensa e o que ele diz. É aí que está a diferença.

O que diz Cavaco? Na continuação da crítica ao «monstro» (a despesa pública), Cavaco considera que estamos à beira do caos: há desperdício, o sector público é desmesurado e o poder socialista criou uma ilusão de «facilidades». Cavaco fez contas. O desperdício é de mil milhões de contos. Trata-

se de um número fácil de ficar no ouvido, mas não se sabe como lá chegou. Afirma que a partir de 96 o nosso crescimento económico médio diminuiu. Omite que em 93, no seu governo, houve uma queda abrupta do PIB que desencadeou o aumento do desemprego — criando aliás condições para a vitória do PS. Para lutar contra o «monstro», fala em «medidas draconianas», como menos verbas para as autarquias e menos funcionários públicos. Mantém a postura antipartidos e antipolíticos. E sustenta que os economistas já não acreditam no que dizem os governantes. Cavaco desvaloriza a reforma fiscal do actual Governo e critica a tributação sobre as mais-valias, porque «liqüidou o mercado de capitais». É uma das matérias em que é mais visível a distância entre o pensamento único e uma posição de esquerda. Com algum cinismo «cola» às críticas sindicais de degradação salarial. Se não aumenta a produtividade, não podem subir os salários, diz Cavaco. Outra máxima neoliberal, desmentida pelos factos. Mesmo quando a

produtividade cresce, não são os trabalhadores os primeiros beneficiados. E foi durante o seu governo que o desemprego mais se agravou.

O que diz Cavaco é o que está na cartilha do monstro chamado globalização: cortar nas despesas sociais, flexibilizar (leia-se precarizar ainda mais o emprego), tributar os rendimentos do trabalho mas não os do capital, reduzir o papel do Estado, acabar com o que resta do sector público, privatizar a saúde e a educação, caminhar da economia de mercado para a sociedade de mercado.

Procura-se hoje fazer crer que não há alternativa e que todos os governos estão condenados a governar segundo o mesmo modelo. Os resultados obtidos em França pela esquerda plural desmentem este novo dogma: um milhão de desempregados a menos, uma espectacular regressão do desemprego jovem (-40%), a reforma das 35 horas. Foi possível outra política, não apenas no plano social mas também a nível económico. A economia francesa cresceu a taxas superiores à média

europeia. As empresas aceitaram o desafio das 35 horas. Houve partilha de responsabilidades. E os grupos económicos, beneficiando das vantagens da internacionalização, não deixaram de participar nas políticas sociais a favor do emprego e da redução do tempo de trabalho.

Ao contrário do que diz Cavaco, não é com políticas monetaristas e despedimentos maciços que se alcança uma situação económica saudável. A diminuição do desemprego não tem de ser feita à custa de salários baixos. A internacionalização da economia é compatível com o aumento de garantias sociais. E é possível conseguir um crescimento económico continuado com políticas sociais inovadoras e com a redução do tempo de trabalho, primeiro passo de uma nova visão da qualidade de vida, na linha das grandes transformações sociais pelas quais a esquerda sempre se bateu. Não é o que diz Cavaco. Mas é o que um governo de esquerda deve fazer.

In «Expresso», 02-06-2001



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Festas em Abrantes

A Esplanada 1º de Maio volta a ser o ponto central de realização das Festas da Cidade, que decorrem de 9 a 14 de Junho.

Neste local realizar-se-ão praticamente todos os concertos, estarão centralizadas as tasquinhas e os restaurante e poderão ser apreciadas as feiras de artesanato e da flor, garantindo a animação permanente do recinto.

Destaque ainda para o Mini-Comboio Festinhas, que percorrerá as ruas do Centro Histórico da cidade em divertidos e relaxantes passeios.

Livro em Albufeira

Este sábado, às 15 horas, o Salão Nobre da Câmara acolhe a apresentação do livro de poemas de Manuel Santos Serra, a cargo de António Arnaut.

Também sábado, Felicidade Martins e Marial Manuel Estreia abrem a sua exposição de pintura e escultura, na Galeria Municipal.

A mostra permanecerá patente ao público até ao fim do mês.

Fotos em Amarante

O Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso inaugura, no próximo sábado, dia 9, pelas 16 horas, na mini-galeria do museu, uma exposição de fotografia de Ulisses Roplim, intitulada «Fragmentos de Silêncio ou um Certo Saudosismo».

A mostra é constituída por 15 fotografias a preto e branco, e surge como um tributo à vida e obra de Teixeira de Pascoas.

Os claustrinos do Museu recebem, no mesmo dia, às 21 e 30, o Quinteto de Jazz Nuno Ferreira, para um concerto.

Poesia em Fafe

«O Mar em...» é um espectáculo de teatro e poesia que pretende evocar as obras de Eugénio de Andrade, Fernando Pessoa, Manuel Alegre, Sophia de Mello Breyner Andresen e Vitorino Nemésio.

A leitura dos poemas será feita por Inês Gonçalves e Fátima Alves, às 21 e 30, de hoje, no Auditório Municipal.

Amanhã, à mesma hora, assista, no Estúdio Fénix, à Gala de Entrega dos Microfones de Ouro da empresa Jornal Correio de Fafe. O evento contará com a participação de Luís Portugal, Magic Fafe, Academia de Música José Atalaya, Ginásio Formas e Teatro Vitrine.

A Festa do Livro da ExpoEduca, bem como a animação cultural que anualmente lhe está relacionada, esperam por si a partir de sábado, dia 9 e até ao dia 17.

Comemorações em Faro

A Biblioteca Municipal António Ramos-Rosa colabora nas comemorações dos 150 anos da Escola Secundária João de Deus e

organiza o lançamento da obra «Os Liciadas», da autoria de Amílcar Quaresma. O evento decorre hoje, a partir das 18 horas, no auditório da biblioteca.

No sábado, dia 9, às 19 horas, poderá presenciar a cerimónia inaugural da mostra de escultura «Recent Sculpture», de Jeff Lowe.

A exposição poderá ser visitada, de segunda a sábado, das 10 às 13 horas ou entre as 14 e as 18 horas, na Galeria Trem, até 31 de Julho.

Cinema em Guimarães

O Nuno Ferreira Quarteto actua hoje, às 22 e 30, no Ultimatum Café Jazz Café.

O Cinema São Mamede exhibe a partir de amanhã e até ao dia 14 (quinta-feira) o filme «O Regresso da Múmia».

Este domingo, participe na inauguração da exposição de artes plásticas «Salvador 450 Anos», a decorrer, a partir das 16 horas, no Museu de Arte Primitiva Moderna, onde permanecerá patente ao público até ao dia 22.

Música em Lisboa

Amanhã e no sábado, o Coro da Universidade de Lisboa assinala o seu 40º aniversário com um programa de comemorações do que se destaca o espectáculo «Misa Cnólla», marcado para as 21 e 30 de ambos os dias, sob a direcção do maestro José Robert e encenação de César Alagoa.

A primeira parte do evento é dedicada à música da América Latina e a segunda à obra de Ariel Ramirez.

A Fundação Calouste Gulbenkian premeia Mia Couto pelo livro «O Último Voo do Flamingo». Na cerimónia de entrega do Prémio Literário Mário António, a decorrer no dia 12, a partir das 18 horas, no auditório 2, haverá ainda uma encenação de um conto do escritor moçambicano pelo grupo Mutumbela Gogo.

Desporto no Montijo

No dia 13, realiza-se, no Parque Municipal, das 9 e 30 às 12 e 30, o projecto «Saltitando Montijo-2001».

A iniciativa «Saltitar» visa alargar a prática da Educação Física a todas as escolas do 1º ciclo de ensino básico e promover o convívio entre docentes e discentes.

Assim, os alunos poderão desenvolver destrezas e habilidades motoras adquiridas ao longo do ano lectivo em modalidades como jogos tradicionais, trampolins, judo, xadrez, patinagem, aerokids, jogos lúdicos com pára-quedas, jogo do ski, tracção/corrida de sacos, jogo de arcos, circuito gímico, entre outras.

Flores em Ovar

No próximo domingo, dia 10, a partir das 10 horas, a autarquia local organiza, pelo

quinto ano consecutivo, a Feira da Flor. Esta iniciativa visa promover a arte floral e promete colorir a Praça da República com arranjos de três dezenas de participantes.

A feira contará ainda com muita animação de rua e com a actuação do Grupo Coral Infantil de São Cristóvão de Ovar, pelas 15 horas.

Cartazes em Paredes de Coura

Até ao próximo domingo, dia 10, o Centro Cultural exhibe os Cartazes da Semana da Cultura e do Livro.

Variiedades em Santo Tirso

Um prometedor espectáculo de variedades encerra, este sábado, pelas 17 horas, a XI Feira do Livro do Concelho.

Workshop em Sintra

Amanhã, às 10 e 30, a Biblioteca Municipal de Agualva-Cacém será o cenário onde o Grupo de Teatro Utopia promoverá um *workshop* inspirado no conto de Andersen «O Rei Vai Nu».

FESTIVAIS GIL VICENTE

7 a 16 de Junho
Mostra de Teatro Profissional

Dia 7, 22h00, Auditório da Universidade do Minho
Mar Me Quer (Teatro Meridional)

Dia 8, 22h00, Auditório da Universidade do Minho
As Mulheres de Gil Vicente (Filipe Crawford – Produções Teatrais)

Dia 9, 22h00, Auditório da Universidade do Minho
A Comédia da Vida Privada (Teatro Novo)

Dias 11 e 14, 22h00, Largo da Oliveira
Animação de Rua (Grupos de Teatro Amador de Guimarães)

Dia 13, 22h00, Paço dos Duques de Bragança
As Artimanhas de Scapin (CENDREV)

Dia 15, 22h00, Largo da Oliveira
Amor e Baco (Teatro Ao Largo)

Dia 16, 22 horas, Auditório da Universidade do Minho
Além as Estrelas São a Nossa Casa (Escola da Noite)

COIMBRA

SUGESTÃO

Cool Heat Urban Beat

Desde a sua estreia no Edimburgh Festival em 1998 que o espectáculo tem evoluído numa extraordinária celebração à dança com recurso à fusão entre *hip hop*, *sapateado*, *breaking stepping* e *capoeira*. O Cool Heat Urban Beat conta com o soberbo bailarino de sapateado Herbin «Tamango» Van Cayseele, com os Jazz Tappers e os Hip Hop Dancers da Rennie Harris Puremovement de Filadélfia.

O espectáculo dispõe ainda de música ao vivo a cargo do percussionista Daniel Moreno e *samplers* do famoso DJ Miz. Cool Heat Urban Beat leva-nos, pois, a uma explosiva noite de dança, ao nível da Broadway, estonteante no *moon walk* duplo, nas apresentações de proezas acrobáticas, quase impossíveis, e um atletismo intrigante, que fazem deste produto cultural um símbolo de arte «topo de gama».

Alguns classificaram-no como «o melhor espectáculo de *rythm dance*» e está ao alcance do seu olhar, até dia 10, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, pelas 21 e 30.



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Cais

Nunca parti deste cais
e tenho o mundo na mão!
Para mim nunca é demais
responder sim
cinquenta vezes a cada não.

Por cada barco que me negou
cinquenta partem por mim
e o mar é plano e o céu azul
sempre que vou!

Mundo pequeno para quem ficou...

Cabo Verde
Manuel Lopes
In «Poemas de quem ficou»



DÍVIDA, DESORÇAMENTAÇÃO E INVESTIMENTO

1. Tem-se especulado muito, nomeadamente a partir dos líderes de opinião da direita e dos comentadores político-económicos alinhados com o liberal-conservadorismo, sobre as questões da dívida pública, das correctas regras orçamentais e da necessidade (ou não) de significativos investimentos infra-estruturais no nosso país e nas suas articulações internacionais. Nos últimos dias, Durão Barroso veio alertar, de maneira absurda, sobre eventuais dificuldades na segurança social, de forma claramente especulativa e manipulatória.

2. A dívida pública, quando considerada em percentagem do Produto Interno Bruto, desceu significativamente desde a entrada em funções do actual Governo Socialista, o que reduziu também os encargos financeiros respectivos.

A adopção de novas técnicas financeiras, como o «project finance», o «leasing» operacional e as portagens virtuais (nas SCUTs – vias rodoviárias sem custos para

o utilizador) inserem-se numa estratégia financeira que visa utilizar de forma mais criativa recursos privados para o desenvolvimento do país. Obviamente que a definição desses investimentos compete ao Executivo.

3. Consideram alguns elementos, nomeadamente das oposições de direita, que podem ou que devem ser postos em causa projectos relevantes como o Comboio de Alta Velocidade, o novo Aeroporto e outros projectos, eventualmente algumas SCUTs. Durão Barroso chega a dizer que o avanço destes projectos pode pôr em causa as pensões, no futuro. Ora o que se passa é que, contrariamente aos Governos de Cavaco Silva, o Governo socialista tem efectuado as transferências previstas na Lei de Bases da Segurança Social. A própria capitalização da Segurança Social passou de 100 milhões de contos em 95 para mais de 660 milhões de contos em 2001. O que mostra bem que, a não ser que se cometam gravíssimos e demagógicos

disparates (o que só a direita poderá fazer), a posição da Segurança Social é sólida.

4. Portugal é geograficamente um país periférico na Europa. Essa periferização na União aumentará com a adesão de novos Estados do Centro e do Leste europeu. Mas temos de combater económica e politicamente essa periferização. Nesse sentido, melhores ligações à Europa serão decisivas. Há uma necessidade de nos aproximarmos em termos de distância temporal e de fiabilidade das ligações ao Oeste e ao Centro da Europa. Daí a necessidade dos Comboios de Alta Velocidade.

5. À acusação de falta de informação e transparência, já se respondeu com a proposta de criação de mecanismos, na Lei de Enquadramento Orçamental que visem o acompanhamento dessas situações, com o carácter de regularidade, pela Assembleia da República e, portanto, pela opinião pública nacional. Bem como com a criação de mais aperfeiçoados instrumentos de controlo orçamental no próprio Parlamento.

«Uma análise comparativa a nível da União Europeia mostra que Portugal é o Estado-membro onde as desigualdades são as mais acentuadas»

João Cravinho
Diário Económico, 4 de Junho

«José Eduardo Moniz é muito mais influente do que toda a Conferência Episcopal a pregar. Emídio Rangel tem condições para vir a ser o promotor da nova revolução radical em Portugal»

José Medeiros Ferreira
Diário de Notícias, 5 de Junho

«Procura-se hoje fazer crer que não há alternativa e que todos os governos estão condenados a governar segundo o mesmo modelo. Os resultados obtidos em França pela esquerda plural desmentem este novo dogma: um milhão de desempregados a menos, uma espectacular regressão do desemprego jovem (-40 por cento), a reforma das 35 horas»


Manuel Alegre
Expresso, 2 de Junho

«Foi possível (em França) outra política, não apenas no plano social mas também a nível económico»

Idem, ibidem

«A escrita não é para mim o objecto e o fim. É apenas uma via para inventar um mundo e para manter uma relação criativa com os outros»

Mia Couto
Xis, Público, 2 de Junho



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro
Director-adjunto

José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

